

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 162

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE NOVEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal**)

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3619

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja votado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 560/2001, referente à construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Salto Natal, no município de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSONº TURECK

REQUERIMENTO Nº 3629

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 435/2000, que institui a obrigatoriedade de Programas de Reciclagem de Lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3570

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada e posterior arquivamento do item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, do Projeto de Lei nº 373/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná, e adota outras providências.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi.

REQUERIMENTO Nº 3612

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 063/2001 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3571

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 392/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3572

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 440/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3573

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 441/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3574

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 420/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3575

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 206/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3576

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 190/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3577

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 245/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3578

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 251/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3579

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 293/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 325/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 390/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3583

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Resolução nº 032/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3584

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 378/2001, que não sofreu emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3613

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 377/2001.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3610

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins e Projeto de Lei nº 395/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, por tratar-se do mesmo assunto (instituir meia-entrada para ingresso em Eventos Culturais Artísticos, para doadores regulares de sangue).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3617

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor José Laguilo, falecido no dia 30 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Ângelo Fiorin, falecido no dia 26 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3628

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Kulcheski, pelo falecimento do senhor Metódio Kulcheski, ocorrido no dia 29 outubro do corrente mês.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Kulcheski, através de correspondência a ser encaminhada a senhora Doroty Kulcheski, à Rua João Moreira Garcez, nº 170, ap. 184 - CEP: 80.020-200, Centro - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDSONº STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3663

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Alexandre Kochevka, que ocorreu no último dia 27 de outubro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao filho Gilberto Kochevka, através de correspondência a ser encaminhada ao Distrito de Margarida, CEP: 85.960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Salientamos que o senhor Alexandre Kochevka foi um excelente pai de família, exemplo para seus filhos. Foi uma pessoa sempre ligada à comunidade do Distrito de Margarida, mais precisamente da Linha Campo Sales, onde participou ativamente de todas as fases de construção daquela comunidade. O seu falecimento deixa uma tristeza muito grande a toda sua família e a seus amigos.

Na sua vida política foi sempre militante do antigo MDB, estando sempre à frente das reivindicações da população rondonense.

REQUERIMENTO Nº 3677

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Margonar, ocorrido na noite de segunda-feira, dia 29 de outubro do ano em curso, na Santa Casa de Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Com garra e coragem, em 1958, deixou São Paulo e com a família fixou-se no município de Paraíso do Norte-PR. Educou 9 filhos e mais três netos. Esbanjou

amor aos 11 netos. Um grande companheiro da sua esposa, conquistou amigos infindáveis. Grande defensor da Igreja Católica e seguidor de seus preceitos.

Entendedor dos assuntos atuais, polêmico nas questões políticas, sempre viu a vida com os olhos de simplicidade e amor. Enfrentou as dificuldades, defendeu os filhos e por eles arriscou-se, doou-se.

Deixou esta existência com quase 85 anos de idade.

REQUERIMENTO Nº 3594

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, alusivo à solenidade festiva referente à realização do 50ª Jogos dos Servidores Públicos do Paraná, ocorrida em 28 de outubro último.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Brasil Paraná de Cristo, e ao diretor do Conselho Deliberativo e Fiscal Silas Barbosa e Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Ulisses Vieira, 2303, Curitiba-PR, CEP: 80.310-120.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3595

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná, alusivos à posse da diretoria eleita para o biênio 2001/2003 ocorrida em 25 de outubro último.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Joel Duarte, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Nestor de Castro, 247, cj. 16, Curitiba-PR, CEP: 80.020-120.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3596

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "Apae" de Doutor Camargo, alusivo à inauguração da sede própria da Escola de Educação Especial Francisco Escorsin, ocorrida em 06 de outubro último.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Valdomiro Rodrigues Cabeleira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Miguel Couto, 75 - Centro, CEP: 87.155-000 - Doutor Camargo-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3597

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, alusivos à solenidade de posse da diretoria eleita Gestão III Milênio - 2001/2003, a ser realizada em 29 de outubro do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Gilberto Piva, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Getúlio Vargas, 4250, CEP: 80.240-041, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3526

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao casal Bertolino e Catarina Back Warmling, pela comemoração de Bodas de Ouro, a ser comemorada no dia 09 de novembro de 2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao casal, residente no Distrito de Vila Nova no município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria da AMAI - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A AMAI - Associação de Defesa dos Direitos do Policiais Militares e Pensionistas empossou sua nova diretoria que ficou assim composta:

Presidente	Elizeu Ferraz Furquim
Vice-Presidente	Mario Picetskei
1º Secretário	Emílio Soares da Silva
2º Secretário	Carlos Alberto Z. Goulart
1º Tesoureiro	Antonio Pereira
2º Tesoureiro	Valmir Dallalibera de Mello

A toda a nova diretoria eleita (AMAI - Avenida Getúlio Vargas, 650 - Rebouças - 80230-030 - Curitiba/PR), desejando sucesso na nova gestão que hora se inicia, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3601

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à senhora Dolores Boscardin pela comemoração de seus 105 anos.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A senhora Dolores Boscardin, matriarca da família Boscardin comemorou 105 anos. A vovó Dolores, como é mais conhecida, nasceu e foi criada no Bairro Bigorri-lho de Curitiba. Filha do imigrante italiano João Pasquini (natural de Gênova), Dolores nasceu em 27 de outubro de 1896, na época em que o Bairro Bigorri-lho chamava-se Galícia. Aos 17 anos casou-se com o alfaiate João Antonio Quiminase, mas ficou viúva aos 17 anos grávida de seu primeiro filho.

Mas, as desavenças não a desanimaram - casou-se novamente após 5 anos com o senhor Constâncio Boscardin, com quem viveu 50 anos. Ela perdeu seu segundo marido há 30 anos e hoje vive com sua filha Lourdes Boscardin de 79 anos. Os dois casamentos resultaram em quatro filhos, nove netos, oito bisnetos e tetranetos. Muito respeitada por todos, é muito lúcida, atende ao telefone em casa e lembra os familiares de compromissos assumidos.

Tem no crochê uma de suas maiores paixões, que desenvolve desde os oito anos de idade. Nunca deixa de fazê-los e doa seus trabalhos a instituições de caridade. Apaixonada por valsa, é fã de Roberto Carlos e Agnaldo Rayol e gosta de pessoas alegres ao seu redor, pois a alegria e sorrisos são sua especialidade. Nem mesmo o marcapasso (colocado aos 101 anos de idade) a impede de praticar atividades básicas, como sua higiene pessoal. Muito vaidosa, desde menina, gosta de escolher suas próprias roupas com cuidado e esmero - atualmente o único problema que a impede de realizar suas próprias compras é a artrose que dificulta um pouco sua caminhada.

Cansaço e desânimo são palavras que não participam de seu vocabulário - otimismo e bom humor são suas marcas e ela passa para as pessoas suas experiências pessoais, que são muitas e, dona de uma memória invejável, relembra de tudo com muita facilidade.

À senhora Dolores Boscardin (Vovó Dolores) - (Rua Camões, 791 - Alto da XV - Curitiba/PR), pela comemoração de seus 105 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3602

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Curiúva, pela comemoração de seus 54 anos.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Curiúva comemorou em 26 de outubro seus 54 anos de fundação. Sua história data das explorações que se fizeram no século XIX, cujo objetivo era abrir picadas sertão adentro, na região dos vales do Rio Tibagi e Paranapanema. A antiga picada que ligava os Campos Gerais à Colônia Militar do Jataí se transformou em estrada, sendo que numerosas caravanas se deslocavam permanentemente em sentido contrário.

Os primeiros moradores do lugar foram Fortunato Rodrigues Jardim e Antonio Cunha, que tinham grande área de terras nesta região. Muitos dos viajantes, passando pelo pequeno povoado que se formara acabaram gostando do lugar e ficando, passando a compor novo tipo de vida naquelas paragens de clima bom e terra fértil.

A primeira denominação de Curiúva foi Caeté, numa referência à serra homônima e que na língua Tupi significa "mata virgem". Com esta mesma denominação o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Policial no ano de 1912, através do Decreto Estadual nº 985, integrando o território do município de São Gerônimo.

Pelo Decreto-Lei nº 199 de 30 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto-Lei nº 311 de 26 de fevereiro de 1945, o Distrito de Caeté passa a compor os municípios de Araiporanga (São Gerônimo) e Congonhinhas sendo que a partir dessa época passa a ter a denominação de Curiúva.

Em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 02, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Curiúva, que foi devidamente instalado em 26 de outubro do mesmo ano, com a posse do senhor Luiz Lemos como primeiro prefeito municipal nomeado.

De lá para cá muito aconteceu e Curiúva é hoje próspera e importante. É uma das referências do nosso Norte Pioneiro, fruto de um povo ordeiro e trabalhador, que não mede esforços para vê-la crescer. Sua agricultura e pecuária variadas é motivo de orgulho para os curiuvenses - povo acolhedor, que faz com que o visitante sinta-se em casa ao visitar a cidade.

Pela comemoração de seus gloriosos 54 anos, receba o município de Curiúva, através de seu prefeito municipal (Rua Antonio Cunha, 365 - 84280-000 - Curiúva/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3603

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALAGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APEOP - Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas está empossando em data de hoje a sua nova diretoria - gestão III Milênio - 2001-2003, que ficou assim constituída:

CONSELHO DIRETOR

- Presidente: Gilberto Piva
 - 1º Vice-Presidente: Bernardo Guiss
 - Vice-Presidente Administrativo-Financeiro: Emerson Gava
 - Vice-Presidente de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba: Juarez Nassur Cordeiro
 - Vice-Presidente de Consultoria e Projetos: João Sérgio Monteiro de Castro
 - Vice-Presidente de Edificações: Hamilton do Vale Pansolin
 - Vice-Presidente de Energia: Ricardo Augusto Cancieri
 - Vice-Presidente de Privatizações e Concessões: Carlos de Loyola e Silva
 - Vice-Presidente de Saneamento: Ivaldo Mangnotti
 - Vice-Presidente de Telecomunicações: Marcelo Stephanes
 - Vice-Presidente de Transportes: Fernando Afonso Gaissler Moreira
- CONSELHO FISCAL:
- Ruy Sérgio Giublin
 - Antônio Carlos Moniz de Aragão
 - Valter Lana
 - Ézio Luiz Calliari
 - Marlus Coelho
 - George Henrique Herwig

A toda a nova diretoria (APEOP - Avenida Presidente Getúlio Vargas, 4250, Curitiba-PR), com votos de muito sucesso na nova gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3606

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pela comemoração do Dia do Funcionário Público, encer-

ramento do 50º Jogos dos Servidores Públicos e inauguração da piscina térmica.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Ontem (28/10) comemorou-se o Dia do Funcionário Público. O funcionário não tem, infelizmente, muito a comemorar, pois a dificuldade em que se encontra o quadro do funcionalismo público no nosso Estado, é muito grande.

Com uma disposição muito grande, em locais muitas vezes sucateados e sem boas condições de trabalho, o servidor do Estado tem feito suas tarefas, tem desempenhado seu trabalho sem maiores expectativas, pois há anos sem aumento de sua remuneração está acumulando dívidas, diminuindo seu padrão de vida.

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, que muito tem feito pelos funcionários públicos, realizou a 50ª Edição dos Jogos dos Servidores. O evento, como sempre, foi um sucesso, o que prova que os servidores públicos, apesar das dificuldades, mantêm o seu espírito, além, é claro, do seu espírito de luta por melhores condições de vida.

A ASPP entregou também neste final de semana, uma piscina térmica para seus associados, o que foi a realização de mais um sonho e foi também mais uma conquista desta administração que vem trazendo inúmeros benefícios para os associados daquela Instituição.

Por todos estes eventos, receba a ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná, através de seu presidente, Brasil Paraná de Cristo (Rua 24 de Maio, 248 - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Associação Comercial e Industrial de Nova Prata do Iguaçu pela brilhante organização III Expoprata - Exposição da Indústria e Comércio e Feira do Produtor Rural, realizada no período de 26 a 28 de outubro do corrente, no Centro Social, município de Nova Prata do Iguaçu.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Prata do Iguaçu, senhor Emerson Alberton no endereço: Rua Armelindo Dalbosco, 31, CEP: 85.685-000 - Nova Prata do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada no período de 26 a 28 de outubro do corrente, no Centro Social, município de Nova Prata do Iguaçu, a III Expoprata - Exposição da Indústria e Comércio e Feira do Produtor, que contou com diversas

atrações, atividades agropecuárias, shows, palestras e exposições.

Queremos com o presente, parabenizar a Associação Comercial e Industrial de Nova Prata do Iguaçu, pela brilhante iniciativa e realização da III Expoprata que teve como objetivo principal divulgar e incentivar o comércio local, as atividades agropecuárias, e industriais do município.

REQUERIMENTO Nº 3627

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornalista Leônidas Rodrigues Dias, pelo aniversário de 16 anos do jornal Folha de Tamandaré, órgão oficial de diversos municípios da Região dos Minérios, de ininterrupta circulação e de grande prestígio em toda região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Rolândia, nº 70 - CEP: 82.560-110 - Estribo Ahu, Curitiba-PR.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3637

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Cafeara, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 19 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Geraldo Marques Monteiro através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3638

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Florestópolis, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Olívio Ivan Rodrigues através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3639

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao

município de Bandeirantes, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Nilton Sordi Júnior através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3640

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Ibiporã, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 08 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Reinaldo Gomes Ribereite através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Itambé, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 30 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Mário Forastieri através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3642

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Jaguapitã, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 07 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Abimael Baldani através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3643

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Miraselva, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 11 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Celso Antiveri através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Sabaudia, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 26 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Ilson Mendes através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3645

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Santa Amélia, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Valdemar Pagliaci através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de São Sebastião da Amoreira, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que o presente seja comunicado ao prefeito Adevilson Gouveia através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Santa Cecília do Pavão, votos de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 22 de novembro, e que o presente seja comunicado à prefeita Adalgisa Gouveia através de correspondência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3652

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à Câmara Municipal de Maringá, pela iniciativa em propor que seja denominado Aeroporto Silvio Name Júnior, o aeroporto

de Maringá, prestando uma justa homenagem à família do jovem empresário falecido em desastre aéreo.

Requer ainda, que se dê ciência à Câmara Municipal de Maringá, através de correspondência a ser encaminhado à Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3668

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Roncador, pelas comemorações alusivas aos 40 anos de emancipação político-administrativa do município, em 05 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Roncador (Praça Moisés Lupion, 89 - CEP 87320-000 - Roncador - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Rio de Janeiro, s/nº - CEP 87.320-000 - Roncador-PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3669

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Ubitatã, pelas comemorações alusivas aos 40 anos de emancipação político-administrativa do município, em 04 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Ubitatã (Avenida Nilza de Oliveira Pepino, 240 - CEP 85440-000 - Ubitatã - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Praça Emílio de Menezes, s/nº - Caixa Postal 154 CEP 85440-000 - Ubitatã -PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3670

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Campina da Lagoa, pelas comemorações alusivas aos 40 anos de emancipação político-administrativa do município, em 04 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (Praça João XXIII, 996 - CEP 87345-000 - Campina da Lagoa - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Vitório Facini, s/nº CEP 87345-000 - Campina da Lagoa - PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3671

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Araruna, pelas comemorações alusivas aos 47 anos de emancipação político-administrativa do município, em 29 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Araruna (Praça Nossa senhora do Rocio, 390 - CEP 87260-000 - Araruna - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Praça Nossa Senhora do Rocio, 390 - CEP 87260-000 - Araruna - PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3672

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Janiópolis, pelas comemorações alusivas aos 39 anos de emancipação político-administrativa do município, em 18 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Janiópolis (Rua Rui Barbosa, 286 - Caixa Postal 21 - CEP 87380-000 - Janiópolis - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Av. Paraná, 251 - Caixa Postal 51 - CEP 87380-000 - Janiópolis - PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3673

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Nova Cantú, pelas comemorações alusivas aos 38 anos de emancipação político-administrativa do município, em 29 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Nova Cantu (Rua Vereador Francisco Moraes, 245 - CEP 87330-000 - Nova Cantu - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua João Farias da Costa, 245 - CEP 87330-000 - Nova Cantu - PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3674

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Cruz Machado, pelo transcurso, no próximo dia 14 de novembro, de seus 50 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. senhor Alvir Otto, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Adir Rocco bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 14 de novembro marcará a passagem do 50º aniversário de emancipação política de Cruz Machado. Portanto, nesta significativa data toda a população é digna do nosso respeito e admiração, certos de que o sucesso é fruto de muito trabalho e dedicação!

Sonhar é muito bom mas, melhor que sonhar é realizar; e, graças ao esforço concentrado do senhor prefeito, Alvir Otto e toda a sua equipe de colaboradores, Cruz Machado vem se desenvolvendo consideravelmente permitindo assim aos munícipes melhores e maiores condições de vida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, congratula-se com toda a população de Cruz Machado, principalmente com aqueles que acreditam que é com trabalho e muito trabalho que se obtém segurança na construção de um Paraná melhor para todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 3675

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Honório Serpa, pelo transcurso, no próximo dia 16 de novembro, de seus 09 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. senhor Dinacir Eugênio Tramon-tin, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Ivan Dal-chiavon bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O município de Honório Serpa, em festa, irá comemorar a passagem de seus 09 anos de emancipação política. Estamos certos de que toda a população radiante de alegria estará, através da luta diária, superando todas as dificuldades e vencendo todos os problemas e prestando assim sua eficiente colaboração aos administradores para que as melhorias propostas alcancem seus objetivos.

Formulado votos de prosperidade ao município aniversariante, parabenizamos toda a população, bem como seus administradores de todos os tempos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, presta sua homena-

gem de gratidão e reconhecimento a toda a população de Honório Serpa, certos de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3676

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de congratulações à empresa Moinhos Iguaçu Ltda do município de São Miguel do Iguaçu, na pessoa de diretor-presidente, senhor Alcides Cavalca Neto, pelo prêmio “Qualidade no Trabalho” recebido do SESI e FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), em reconhecimento à adoção de políticas de melhoria de seu ambiente de trabalho e por ter o empregado como seu principal capital, ocorrido no dia 01 de novembro no município de Cascavel.

Trata-se de importante empresa que contribui imensamente para o desenvolvimento do município e região. Tal premiação servirá de estímulo e exemplo para as empresas, de como é possível melhorar os resultados da empresa, através de medidas simples e eficazes.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3661

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao prefeito Helber Teófilo dos Santos, extensivos aos vereadores, secretários e à população em geral do município de Morretes, pelo 268º aniversário, que ocorrerá em 31 de outubro do corrente ano.

Outrossim, requer seja dado ciência deste ao homenageado, no endereço: Rua Conselheiro Sinimbú, 50 - Morretes-PR, CEP: 83.530-000.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 31 de outubro do corrente ano, Morretes, a cidade de encanto e beleza do litoral paranaense, estará comemorando os seus 268º anos de emancipação política, com os ventos soprando favoráveis rumo ao progresso pujante, que vem ocorrendo nesta nova administração do senhor prefeito Helber Teófilo dos Santos, seus vereadores e secretários.

Morretes, realmente está sob o comando de uma equipe séria, que não mede esforços, buscando incansavelmente atender às reivindicações da população morretana, que encontra no seu prefeito um homem dedicado ao bem-estar das camadas menos favorecidas, principalmente as crianças e idosos.

REQUERIMENTO Nº 3654

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos, votos de louvor à edição do Jornal da Cidade - O Nosso Jornal, dirigido brilhantemente pelo senhor Waldur Trentini.

Desde seu lançamento, o Jornal da Cidade vem privilegiando a divulgação do trabalho desenvolvido pelos representantes do povo, por compreender que é assim que se pode contribuir verdadeiramente para a formação de lideranças e a participação da sociedade na vida pública. Possui circulação em todas as cidades do Extremo Noroeste do Paraná com projetos futuros de ampliação do rol de suas matérias.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Perambuco, nº 915, Centro, CEP: 97.704-120, Paranavaí-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 3655

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos, votos de louvor à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP.

A APEOP realizará importante cerimônia de posse da sua nova diretoria no dia 29 de outubro de 2001, a qual estará representada pelo seu novo presidente, Gilberto Piva e, primeiro vice-presidente Bernardo Guiss, os quais, certamente continuarão o brilhante trabalho que esta Associação realiza em nossa sociedade.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, 4250, CEP: 80.240-041, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 3656

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos, votos de louvor à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais pela realização da Campanha “Esmola, Não!”.

O município de São José dos Pinhais tem sido pioneiro em iniciativas que buscam de alguma forma responder às necessidades de segurança da população, promovendo maneiras para resolver a questão através do lançamento de campanhas como esta.

O objetivo desta campanha é conscientizar a população a não ceder aos pedidos de esmola, uma vez que a Secretária da Promoção Social, bem como, o 17º Batalhão/Primeira Campanha da Polícia Militar, o Conselho

Tutelar, a Vara da Família, Infância e Juventude, a Segunda Vara Criminal, a Polícia Civil e Delegacia da Mulher, todos parceiros desta campanha, visam oferecer melhores oportunidades aos necessitados, não só dando condições de sobrevivência e até mesmo de internamento para os dependentes, mas também de cursos de capacitação profissional nas mais variadas áreas para desenvolver a autonomia das pessoas quanto ao seu próprio sustento. Sendo assim, merecem nosso reconhecimento e aplauso iniciativas como esta.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Secretaria da Promoção Social, Rua Isabel Redentora, 2005, Centro, CEP: 83.005-110, São José dos Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 3666

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao senhor Rubens Cezar de Oliveira Andrade, educador, pelo importante trabalho que vem realizando em favor da criança e do adolescente em Pinhais, na Região Metropolitana da Capital.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento para o envio de votos de louvor ao senhor Rubens Cezar de Oliveira Andrade, pelo seu trabalho como educador social, especializou-se em questões da adolescência.

Além de conferencista, elaborou diversos projetos na área da infância e da juventude, tendo presidido a Shalom House na gestão de 2000/2001.

Atualmente, o senhor Rubens Cezar de Oliveira Andrade é presidente do Conselho Municipal de Proteção e Direitos da Criança e ao Adolescente no município de Pinhais, e também preside o Fundo Municipal para a Infância e ao Adolescente (FIA) do mencionado município da Região Metropolitana de Curitiba, além de desenvolver projetos de responsabilidade social e ambiental para a Fundação Elo.

Pelo relevante trabalho e dedicação em favor da criança e do adolescente, o senhor Rubens Cezar de Oliveira Andrade merece a homenagem que ora propomos perante esta nobre Casa.

REQUERIMENTO Nº 3667

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao senhor Lydio Pereira, diretor-presidente da empresa Transvale, pelo importante trabalho na área social que vem desen-

volvendo em favor dos desprovidos de recursos em Curitiba e região metropolitana.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento para o envio de votos de louvor ao senhor Lydio Pereira, em reconhecimento ao seu trabalho na área social em prol do menos favorecido economicamente em Curitiba e região metropolitana, que juntamente com sua esposa, dona Evanira, colabora na manutenção de entidades sociais que atendem adolescentes e idosos, minimizando o sofrimento daqueles que são assistidos pelas referidas entidades assistenciais.

O senhor Lydio Pereira, também foi presidente da Loja Obreiro da Paz em Pinhais, na gestão 1999/2001, e reconhecidamente realizou um excelente trabalho à frente da instituição.

Devota às causas sociais toda a trajetória de sua vida, e como empresário, tem a consciência da responsabilidade social e ambiental, e na empresa que dirige, em todo o Brasil, disponibiliza mais de oitocentos empregos diretos e um mil e duzentos empregos indiretos.

Pelo seu labor na área social conforme o relatado, o senhor Lydio Pereira merece plenamente a homenagem desta nobre Casa.

REQUERIMENTO Nº 3588

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de parabéns à administração do município de Farol, pela inclusão de 06 (seis) programas municipais das áreas de educação, cultura, saúde e serviço social no Programa Gestão Pública e Cidadania - Ciclo de Premiação 2001, da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Farol, (Rua Bahia, s/nº - CEP: 87.325-000 - Farol-PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Avenida Paraná, 810 - CEP: 87.325-000 - Farol-PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3635

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente submeter ao douto Plenário, votos de protesto ou repúdio à rede de Fast Food MacDonald's, por apresentar política de expansão da sua cadeia, prejudicial aos franqueados.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A rede de Fast Food McDonald's anunciou que abrirá até o fim do ano seus três primeiros restaurantes próprios em Curitiba e Londrina. Apesar da corporação

garantir que este não é o fim do sistema de franquias, trata-se do início do processo de “canibalização”, pois não há como concorrer diretamente com as lojas próprias da rede.

Enquanto os franqueados pagam à rede, sobre o faturamento bruto, 5% de propaganda, 5% de royalties, e aluguel entre 20% e 22,5%, as lojas próprias pagarão apenas a propaganda, ocasionando, desta forma, uma concorrência desleal. Os altos aluguéis e algumas despesas cobradas em dólar pela rede também estão afetando os empresários locais.

No Brasil, até pouco tempo, existiam 150 franqueados. Hoje 30 deles venderam suas lojas porque não conseguiram arcar com os custos. Ocorre, nestes casos que a dívida chega a tanto que a rede compra a loja pelo preço da dívida do franqueado.

REQUERIMENTO Nº 3591

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, senhora Alcyone Saliba, solicitando que seja mantido o funcionamento da Escola Estadual Santa Cruz - Ensino Fundamental, com sede à Rua Capistrano de Abreu, 395, bairro Boa Vista, Curitiba - Paraná, até o exercício de 2003.

Justifica-se tal solicitação, atendendo reivindicação dos pais de alunos que estudam naquele estabelecimento, bem como de moradores da região, que apóiam a continuidade do funcionamento da Escola estadual Santa Cruz, conforme consta em abaixo-assinado com mais de 2.000 (duas mil) assinaturas.

Atualmente a escola funciona em prédio alugado de uma creche, e atende cerca de 260 alunos, com 27 professores e funcionários, atendendo significativa parte da população da região de Boa Vista, que necessita do funcionamento da Escola Estadual Santa Cruz, pois as demais escolas que atendem com ensino de 1ª a 4ª séries ficam 3 (três) quilômetros distantes do referido bairro.

Registra-se que a principal preocupação dos pais é com a distância das demais escolas, e a geração de despesas com transporte escolar, onerando ainda mais o custo educacional de seus filhos.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3593

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, senhora Alcyone Saliba, solicitando que seja pago aos

professores do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, localizado no bairro Monte Castelo, o adicional denominado local de exercício, para contribuir com os profissionais que têm difícil acesso ao local de trabalho.

Justifica-se tal solicitação, atendendo reivindicação dos professores que lecionam nos referidos colégios estaduais, e que não estão recebendo o adicional Local de Exercício, pago aos outros profissionais, de outras localidades, como contribuição pela dificuldade de acesso ao trabalho, para desenvolverem suas atividades e magistério.

Registre-se ainda, que os bairros Zumbi dos Palmares e Monte Castelo, distantes dos grandes centros, fazem com que os professores que lá lecionam, tenham que sair com bastante antecedência de suas residências, passando longo período em trânsito, gerando maiores despesas com transporte, motivo pelo qual é absolutamente imprescindível o pagamento de “local de exercício” aos mesmos.

Termo em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3604

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ibama, solicitando providências com relação à invasão de barcos sardinheiros, (especialmente de Santa Catarina e São Paulo) no litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

“ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PESCADORES DE GUAPÊ, BARRANCOS E SHANGRILÁ PONTAL DO PARANÁ - PR

Ponta do Paraná, 24 de setembro de 2001.

Carta de Ponta do Paraná

Precisamos de ajuda para que a indústria pesqueira não dizime nossos peixes.

A Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barranco e Sangrilá, do município de Pontal do Paraná, vem por meio desta solicitar atenção e apoio das instituições governamentais e não governamentais para a solução de grave problema ecológico, econômico, legal e cultural a afetar a fauna marinha paranaense, bem como a grande maioria da população dos pescadores do litoral paranaense que, tradicionalmente, tem na pesca artesanal sua forma de subsistência.

Estamos preocupados com o futuro dos pescadores e da biodiversidade marinha do Paraná. Em pouco tempo, a continuar o que temos presenciado, não teremos como sobreviver por falta de peixe.

Temos sofrido sistematicamente a invasão de grandes barcos sardinheiros, sobretudo advindos do municí-

pio catarinense de Itajaí e do paulista de Santos, que comportam até mais de cem toneladas de frutos do mar e fazem o que é conhecido como “pescaria de cerco”, localizando cardumes com sonar. Cercam-nos e matam tudo. Não há chance para o peixe.

Fazem o oposto de nós que, historicamente, temos com o mar um relacionamento equilibrado, onde sempre há espaço para que o peixe sobreviva, reproduza-se e cresça. A própria natureza nos dá os parâmetros de possibilidades e limitações, por meio das marés, do clima, das estações do ano. Para esses dilapidadores de nossas riquezas marinhas, não há mar bravo nem tempo ruim. Agem com a onipotência dos que buscam tão somente o lucro.

De fato, os grandes barcos ficam até por um mês no mar, sem dar chance para a natureza se recompor.

Do ponto de vista **cultural**, isso é terrível, porque inviabilizam a cultura da permanência, das práticas de pesca artesanal, que permitem uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza.

No aspecto **econômico**, tais barcos pesqueiros nos lesam porque se apropriam de tudo, assolam nosso território marinho, deixando-nos sem condições de acesso ao pescado, nossa fonte de renda.

Em relação ao aspecto **legal**, agem sem a menor preocupação ética ou moral. Ignoram o que seja justo para o homem e para o mar, desrespeitam as leis civis e as leis da natureza.

Do ponto de vista **ecológico**, desde que esses barcos começaram a aparecer, há 15 anos, o impacto ambiental tem sido enorme, não só porque adotam técnicas extremamente predatórias mas também pelo estrago, pela perda do peixe, que chega à costa para desova.

Na pesca artesanal, interagimos com a natureza de maneira parcimoniosa. Utilizamos redes adequadas para o tipo de pescado de que nos alimentamos e comercializamos. Por sua vez, a malha das empresas pesqueiras tem vãos de 2,5 cm, o que implica uma coleta geral. Pai, mãe, filho, todas as gerações são capturadas indiscriminadamente. E o pior: grande parcela é devolvida morta ao mar. Um barco sardinheiro permite uma carga de 100 toneladas e consegue fechar um cardume de 40 toneladas.

A tendência é de que os turistas que vêm ao nosso litoral para comer peixe fresco tenham que optar por cardápios alternativos. E nós, pescadores, o que faremos de nossas vidas se nossa vida está no mar?

A situação aqui relatada já tem sido motivo de muitas denúncias, até agora sem resultados que apontem soluções bem sucedidas.

Governantes, precisamos de ajuda, de suas intervenções.

Precisamos que o Ibama e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) se ocupem efetivamente com o enfrentamento dessa questão.

Precisamos que os geradores do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Paraná (Gerco)

intervenham com firmeza para a criação do ordenamento do espaço marinho da costa paranaense.

Precisamos de mecanismos normatizadores para resolver o problema, em consonância com os preceitos de desenvolvimento sustentável.

Precisamos, do mesmo modo, que nos seja garantido o cumprimento das leis já existentes, por meio de uma fiscalização eficaz, ativa e permanente.

Precisamos de apoio para que sejam tomadas medidas protecionistas, para que sejam estabelecidos os mecanismos legais faltantes no que se refere ao uso do espaço costeiro paranaense.

Senhor governador, precisamos mesmo de seu apoio!

E contamos com vossa colaboração efetiva.

Sendo o que se apresenta, manifestamos votos de respeito e desejamos a V. Exa. êxito em todas as suas iniciativas voltadas à defesa da vida com qualidade.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ TAVARES

Presidente da Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barrancos e Shangrilá Municipal de Pontal do Paraná - PR

Tel. 41.9993.6999”

REQUERIMENTO Nº 3616

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Munhoz de Mello, que solicita com a máxima urgência a recuperação asfáltica da PR-218, no trecho de Iguaçu-Astorga, que encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Gilmar José Benkendorf Silva, presidente da Câmara através de correspondência a ser encaminhada à Av. Presidente Getúlio Vargas, 237 - CEP 86760-000- Munhoz de Mello - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3631

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor secretário de Estado da Administração, expediente solicitando esclarecimentos acerca de empréstimos efetuados por instituições financeiras aos servidores públicos estaduais e autorizados pela Comissão de Consignação da Secretaria de Estado da Administração.

Calcula-se que de 180.000 servidores públicos, pouco mais de 10.000 se encontram qualificados como devedores. Os números apontam hoje para cerca de 46.000 contratos em andamento, sendo que cada servidor

pode efetuar até três operações. Sabe-se que atualmente 18 empresas mantêm convênio para efetuar empréstimos aos servidores no Paraná.

Ademais, solicita-se se o número de empréstimos não seja devido aos baixos salários recebidos pelo servidores e ainda sobre a política salarial do Estado face à triste e calamitosa situação dos servidores.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3632

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja enviado ao diretor geral do Colégio Marista Pio XII de Ponta Grossa, votos de congratulações pelos quarenta anos de presença marista em Ponta Grossa. Os Irmãos Maristas têm desenvolvido grande trabalho na área da educação infantil e da juventude, proporcionando sólida formação humana e cristã, viabilizando a construção de uma sociedade justa e humana.

Os Irmãos Maristas enquanto congregação religiosa dedicada à educação e à assistência social, seguem a orientação de seu fundador, o grande Marcelino Champagnat, desvelando-se em ações concretas em busca da construção de um mundo mais feliz, menos pobre e sofredor.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3649

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos deputados federais do Estado do Paraná, expressando preocupação quanto à implementação da Portaria 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e solicitando à Bancada parlamentar paranaense empenho no sentido de se tomar medidas que visem melhorias na proposta original tais como:

1 - suspensão imediata da implementação da Portaria 56, abrindo um novo processo de negociação e revisão das medidas propostas;

2 - a nova Portaria deve reconhecer o potencial da agricultura familiar para a produção de leite no País e deve ser desenhada levando em consideração a sua forma de produção;

3 - o processo de definição das medidas deve resultar de amplo processo de debate na sociedade, envolvendo principalmente os principais interessados, ou seja, os agricultores familiares, as indústrias e cooperativas e os consumidores;

4 - a temperatura do leite após a ordenha deve ser compatível com a utilização de tanques de imersão e de resfriadores comunitário, não devendo ser inferior a 8°C três horas depois da ordenha, podendo chegar à plataforma na temperatura de 10°C;

5 - qualquer medida que leve a obrigatoriedade de exames periódicos do rebanho e da qualidade do leite, não deve ter seus custos sob responsabilidade exclusiva dos produtores;

6 - deve ser construída uma regulamentação também para o leite orgânico;

7 - as políticas de crédito para a agricultura familiar devem ser orientadas para a conversação sustentável da produção e para a melhoria da qualidade do leite dentro de padrões não excludentes de produção;

8 - o leite tipo C não deve ser extinto como prevê a atual proposta de regulamentação, por se tratar de um leite de boa qualidade e de fácil acesso por parte da população de baixa renda;

9 - o governo deve construir mecanismos para a elevação do consumo de leite para os níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde, como forma de aumentar a demanda do leite;

10 - os objetivos relacionados à possibilidade de exportação do leite devem ser tratados com legislação específica, como uma espécie de SIF-Exportação;

11 - com relação ao transporte, para as pequenas distâncias não se justifica a obrigatoriedade da adoção de tanques isotérmicos;

12 - com relação às políticas para o setor industrial propomos a manutenção da utilização da pasteurização lenta, comprovadamente tão eficiente quanto a pasteurização rápida, e fundamental para o desenvolvimento de alternativas de industrialização de menor porte e de produtos diferenciados.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Hermas Fonseca, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O leite é um importante produto para o abastecimento alimentar da população e para a sobrevivência da grande maioria dos agricultores familiares do Estado e do País.

A queda dos preços e a regulamentação da produção podem causar danos irreversíveis para sustentabilidade e reprodução da agricultura familiar, seja através da redução da renda das famílias, ou através do processo de exclusão decorrente da adoção das medidas previstas para a nova regulamentação da produção de leite, propostas pelo Ministério da Agricultura.

Perderão também os pequenos e médios municípios rurais, onde a renda gerada na atividade leite é uma importante dinamizadora da economia local, fundamental, inclusive, na própria arrecadação dos municípios.

A Portaria 56 em discussão no Ministério da Agricultura poderá excluir a maioria dos produtores familiares e a quase totalidade dos pequenos e médios laticínios do Estado e do País. Esse processo levará a uma nova intensificação do êxodo rural e de empobrecimento no

campo, com conseqüências que chegarão certamente também aos grandes centros urbanos.

A redução dos preços ainda antes do término da entressafra tem causado enormes prejuízos para os agricultores familiares envolvidos com a atividade. Não é justificável tal comportamento dos preços, levando-se em consideração que os mesmos não foram reduzidos na mesma intensidade para os consumidores. É evidente a formação de um grande cartel em todo o País, comandado pelas multinacionais e grandes indústrias do setor que pretendem e estão se apropriando de uma parcela ainda maior da renda gerada na cadeia produtiva.

É necessário que os diferentes níveis de governo, especialmente o federal, tomem providências no sentido de impedir tal atuação das indústrias e de construir políticas que garantam um mínimo de estabilidade de renda para a atividade. As medidas podem se dar em vários sentidos, como o estabelecimento de uma política de garantia de preços mínimos, a formação de estoques reguladores e a retomada de compras para o abastecimento de políticas sociais.

A Portaria 56 do Ministério da Agricultura pretende implementar mudanças no regulamento da produção de leite no País em suas diferentes etapas da cadeia produtiva. A primeira delas, e mais preocupante, é a regulamentação da matéria-prima. Sob a justificativa de melhorar a qualidade do leite produzido, estão sendo impostos regulamentos que exigirão dos produtores investimentos incompatíveis com a realidade da grande maioria dos agricultores familiares. Além do mais, a Portaria 56 vincula questões relacionadas à qualidade com a adoção de determinados tipos de equipamentos, também incompatíveis com os sistemas de produção familiar. Temos total segurança de que a agricultura familiar pode produzir com alta qualidade, superior, inclusive, aos produtores tradicionais, que utilizam grande quantidade de insumos químicos, hormônios e antibióticos. Além disso, o sistema tecnológico previsto pela Portaria não é economicamente viável, pois concentra a renda em poucos produtores, é ambientalmente questionável. Essa Portaria não contempla critérios de qualidade como o nível de antibióticos, hormônios e agrotóxicos no leite, o que seria fundamental para uma real discussão de qualidade do leite.

Os regulamentos propostos para a industrialização não são compatíveis com a idéia de desenvolvimento local e descentralizado, além de inibirem a produção de leite e derivados a partir de processos mais limpos de produção, como o leite orgânico. Algumas propostas, como a obrigatoriedade da pasteurização rápida servem muita mais aos interesses das grandes indústrias, que vêm nos pequenos laticínios e nas agroindústrias familiares fortes concorrentes em potencial.

REQUERIMENTO Nº 3650

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente

REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senhor Marcos Vinicius Pratini de Moraes, expressando preocupação quanto a implementação da Portaria 56 do Ministério da Agricultura e solicitando empenho no sentido de se tomar medidas que visem melhorias na proposta original tais como:

1 - suspensão imediata da implementação da Portaria 56, abrindo um novo processo de negociação e revisão das medidas propostas;

2 - a nova portaria deve reconhecer o potencial da agricultura familiar para a produção de leite no País e deve ser desenhada levando em consideração a sua forma de produção;

3 - o processo de definição das medidas deve resultar de amplo processo de debate na sociedade, envolvendo principalmente os principais interessados, ou seja, os agricultores familiares, as indústrias e cooperativas e os consumidores;

4 - a temperatura do leite após a ordenha deve ser compatível com a utilização de tanques de imersão e de resfriadores comunitário, não devendo ser inferior a 8°C três horas depois da ordenha, podendo chegar à plataforma na temperatura de 10°C;

5 - qualquer medida que leve a obrigatoriedade de exames periódicos do rebanho e da qualidade do leite, não deve ter seus custos sob responsabilidade exclusiva dos produtores;

6 - deve ser construída uma regulamentação também para o leite orgânico;

7 - as políticas de crédito para a agricultura familiar devem ser orientadas para a conversação sustentável da produção e para a melhoria da qualidade do leite dentro de padrões não excludentes de produção;

8 - o leite tipo C não deve ser extinto como prevê a atual proposta de regulamentação, por se tratar de um leite de boa qualidade e de fácil acesso por parte da população de baixa renda;

9 - o governo deve construir mecanismos para a elevação do consumo de leite para os níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde, como forma de aumentar a demanda do leite;

10 - os objetivos relacionados à possibilidade de exportação do leite devem ser tratados com legislação específica, como uma espécie de SIF-Exportação;

11 - com relação ao transporte, para as pequenas distâncias não se justifica a obrigatoriedade da adoção de tanques isotérmicos;

12 - com relação às políticas para o setor industrial propomos a manutenção da utilização da pasteurização lenta, comprovadamente tão eficiente quanto a pasteurização rápida, e fundamental para o desenvolvimento de alternativas de industrialização de menor porte e de produtos diferenciados.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Hermas Fonseca, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O leite é um importante produto para o abastecimento alimentar da população e para a sobrevivência da grande maioria dos agricultores familiares do Estado do País.

A queda dos preços e a regulamentação da produção podem causar danos irreversíveis para sustentabilidade e reprodução da agricultura familiar, seja através da redução da renda das famílias, ou através do processo de exclusão decorrente da adoção das medidas previstas para a nova regulamentação da produção de leite, propostas pelo Ministério da Agricultura.

Perderão também os pequenos e médios municípios rurais, onde a renda gerada na atividade leite é uma importante dinamizadora da economia local, fundamental, inclusive, na própria arrecadação dos municípios.

A Portaria 56 em discussão no Ministério da Agricultura poderá excluir a maioria dos produtores familiares e a quase totalidade dos pequenos e médios laticínios do Estado e do País. Esse processo levará a uma nova intensificação do êxodo rural e de empobrecimento no campo, com consequências que chegarão certamente também aos grandes centros urbanos.

A redução dos preços ainda antes do término da entressafra tem causado enormes prejuízos para os agricultores familiares envolvidos com a atividade. Não é justificável tal comportamento dos preços, levando-se em consideração que os mesmos não foram reduzidos na mesma intensidade para os consumidores. É evidente a formação de um grande cartel em todo o País, comandado pelas multinacionais e grandes indústrias do setor que pretendem e estão se apropriando de uma parcela ainda maior da renda gerada na cadeia produtiva.

É necessário que os diferentes níveis de governo, especialmente o federal, tomem providências no sentido de impedir tal atuação das indústrias e de construir políticas que garantam um mínimo de estabilidade de renda para a atividade. As medidas podem se dar em vários sentidos, como o estabelecimento de uma política de garantia de preços mínimos, a formação de estoques reguladores e a retomada de compras para o abastecimento de políticas sociais.

A Portaria 56 do Ministério da Agricultura pretende implementar mudanças no regulamento da produção de leite no País em suas diferentes etapas da cadeia produtiva. A primeira delas, e mais preocupante, é a regulamentação da matéria-prima. Sob a justificativa de melhorar a qualidade do leite produzido, estão sendo impostos regulamentos que exigirão dos produtores investimentos incompatíveis com a realidade da grande maioria dos agricultores familiares. Além do mais, a Portaria 56 vincula questões relacionadas a qualidade com adoção de determinados tipos de equipamento, também incompatíveis com os sistemas de produção familiar. Temos total segurança de que a agricultura familiar pode produzir com alta qualidade, superior, inclusive, aos produtores tradicionais, que utilizam grande quantidade de

insumos químicos, hormônios e antibióticos. Além disso, o sistema tecnológico previsto pela Portaria não é economicamente viável, pois concentra a renda em poucos produtores, é ambientalmente questionável. Essa Portaria não contempla critérios de qualidade como o nível de antibióticos, hormônios e agrotóxicos no leite, o que seria fundamental para uma real discussão de qualidade do leite.

Os regulamentos propostos para a industrialização não são compatíveis com a idéia de desenvolvimento local e descentralizado, além de inibirem a produção de leite e derivados a partir de processos mais limpos de produção, como o leite orgânico. Algumas propostas, como a obrigatoriedade da pasteurização rápida servem muita mais aos interesses das grandes indústrias, que vêm nos pequenos laticínio e nas agroindústrias familiares fortes concorrentes em potencial.

REQUERIMENTO Nº 3662

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente da URBS, doutor Fric Kerin, solicitando a colocação de cobertura nos pontos de ônibus na Rua Cid Campelo, no Bairro Cidade Industrial-CIC.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido visa atender à solicitação dos moradores do referido bairro, devido aos problemas que ocorrem em dias de chuva, na qual os trabalhadores e estudantes que dependem de ônibus, sofrem as consequências.

REQUERIMENTO Nº 3682

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Agricultura, senhor Antônio Leonel Poloni, solicitando a inclusão do município de São José das Palmeiras no Projeto Estadual PIA (Projeto de Inseminação Artificial), com incentivos de materiais básicos e vínculos para execução dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O referido município iniciou o projeto de inseminação, mas devido às dificuldades de baixa arrecadação, a prefeitura não pôde investir como deveria no projeto.

Diante deste fato a Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras necessita de incentivos desta Secretaria para que o programa se desenvolva com êxito.

Esta nossa solicitação deve-se, ainda, ao fato de que outros municípios da nossa região Oeste, possuem arrecadações extraordinariamente maiores e já foram contemplados no projeto.

REQUERIMENTO Nº 3658

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender o pedido dos senhores Daniel Santos de Jesus e Welinton Rodrigo Silva, residentes à Rua João Mequetti, nºs 708 e 707, respectivamente, Bairro Santa Cândida, que solicitam a expansão da rede de energia elétrica pública até a rua onde residem.

Encaminhamos um pedido para a Prefeitura Municipal de Curitiba através de nosso Requerimento LCM/AL/19.657, fazendo um pedido de iluminação pública nessa rua e recebemos resposta de que, por tratar-se de extensão de iluminação pública em área domiciliar, a competência é da Copel.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com os requerentes pelos telefones: 357-4252 (Sr. Daniel) e 236-2462 (Sr. Welinton).

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3659

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Saúde, no sentido de atender o pedido da senhora Tereza Oliveira do Espírito Santo, residente à Rua Odilon de Santa Rita Borba, nº 177 - Bairro Bacacheri, usuária da Unidade de Saúde CRE, sito na Avenida Kennedy, nº 3.768 - Bairro Portão, que solicita melhorias quanto à conservação do prédio onde está instalada essa Unidade.

Ela afirma que o atendimento dos funcionários aos usuários é ótimo, porém o prédio necessita de grandes reparos no piso, paredes, etc, bem como uma melhor higienização das dependências.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 356-1014.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3609

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahraftig, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nossa solicitação está baseada em informações contidas no Ofício nº 2538/2001 (cópia em anexo), encaminhado pela Câmara Municipal de Londrina, o qual nos relata a situação grave que está ocorrendo com os servidores da Universidade Estadual de Londrina que enfrenta uma das piores crises pelo sucateamento de sua estrutura

física e pelos baixos salários da grande maioria das perdas salariais dos últimos seis anos.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento à Câmara Municipal de Londrina, representada por tão ilustres vereadores Tercílio Luiz Turini, presidente da Câmara e primeiro secretário - Hélio de Oliveira Cardoso. Rua Parigot de Souza, 145 - Jardim Petrópolis, CEP: 86015-193 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 3633

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao Exmo. Sr. Juiz Teori Albino Zavaski, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª região, solicitando do mesmo a implementação de Vara Previdenciária na cidade de Londrina.

Londrina é a segunda maior cidade do Estado do Paraná e a terceira do Sul do País e comporta a implantação da vara especializada em causas previdenciárias.

Essa reivindicação é feita pela população londrinense, que busca menor espaço de tempo na prestação jurisdicional aos trabalhos nas ações contra o INSS, sobretudo em se relevando que muitos aposentados acabam morrendo antes de ver solucionado o processo para a recomposição das respectivas aposentadorias.

Nos casos mencionados a prestação jurisdicional tardia se configura em verdadeira injustiça com os trabalhadores que, após longos anos de trabalho, não conseguem receber as aposentadorias ou passam a recebê-las em valores ínfimos.

Em razão do exposto, para melhor atendimento ao interior do Paraná, a implantação da Vara especializada em causas previdenciárias, na cidade de Londrina, é medida de extrema urgência.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER:

01 - Tendo em vista que o Governo do Estado do Paraná não deu conhecimento à Assembléia Legislativa relativamente à prestação de contas do exercício financeiro de 2000.

02 - Apresentou no Orçamento do Estado para o exercício de 2001, o valor realizado em 2000 a título de receitas de Capital, "Alienação de Bens", o montante de R\$3.292.809.000 (três bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, oitocentos e nove mil reais) conforme folha A 03 em anexo, vimos requerer:

I) desmembramento dos bens alienados no exercício financeiro de 2000 e respectivos valores;

II) relação dos aspectos legais autorizativos das alienações e comprovação do cumprimento pelo Governo dos requisitos exigidos nos dispositivos legais autorizativos dos atos de alienações;

III - comprovações de onde foram aplicados tais recursos, bem como os aspectos legais para as referidas aplicações/utilização.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3657

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao chefe da Casa Civil, senhor Alcení Guerra, e ao diretor da Cohapar, senhor Rafael Delly, solicitando as seguintes informações sobre o processo de liquidação dos contratos da Cohapar, com os mutuários beneficiados pela Lei nº 10.150/2000:

a) Quantos são os mutuários da Cohapar beneficiados pela citada lei no Estado do Paraná, e destes, quantos a Companhia já deu quitação?

b) Como se explica a existência de elevados resíduos a pagar entre tais municípios se os contratos firmados são cobertos pelo FCVS (Fundo de Compensação de Variação Salarial)?

c) A Cohapar informou aos mutuários de eventuais resíduos e de sua procedência, no momento em que ocorreu o evento?

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento se justifica pela necessidade de se obter maiores e melhores informações sobre o tratamento que a Cohapar vem dispensando a seus mutuários que foram beneficiados pela Lei nº 10.150/2000, a qual deu quitação aos mutuários do SHF que possuíam contratos com base no FCVS (Fundo de Compensação de Variação Salarial), firmados até 1987.

Ocorre que em vários municípios do Estado do Paraná, os mutuários beneficiados pela citada lei, ao procurarem a Cohapar para receberem a quitação do mútuo, estão sendo informados pela citada Companhia que estes possuem saldos devedores residuais a serem pagos com valores astronômicos, sendo por vezes igual ou superior ao valor do imóvel financiado.

Desta forma, estamos solicitando que a Cohapar informe a esta Casa sobre o procedimento adotado na liquidação dos contratos atingidos pela Lei nº 10.150/2000, uma vez que apesar dos benefícios concedidos pela citada lei, os mutuários estão encontrando grandes dificuldades em receber quitação de seus contratos, sendo que muitos estão precisando recorrer ao Poder Judiciário.

REQUERIMENTO Nº 3683

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações ao chefe da Casa Civil, senhor Alcení Guerra, solicitando os seguintes esclarecimentos:

01) Quais as empresas inscritas que participaram da concorrência pública, para exploração dos serviços de videoloteria no Estado do Paraná?

02) A empresa Larami Diversões e Entretenimento, vencedora do certame, apresentou as especificações técnicas exigidas no processo em questão?

03 - Quantos anos de experiência de mercado tem a empresa vencedora?

04 - Quem são seus proprietários e qual a participação da senhora Fernanda Macedo Pereira Guimarães na direção da empresa?

05 - Das 27 empresas inscritas no certame somente três permaneceram até o fim do processo, qual a razão de tais deserções?

06 - Porque a indispensável regulamentação só foi estabelecida após anunciada a empresa vencedora do certame?

07 - Quais as empresas que formam o consórcio fonecedor das máquinas de videoloteria para a Larami Diversões e Entretenimento?

08 - Quem são seus proprietários e respectivos representantes legais?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 135 do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Edson Strapasson, Eli Ghellere, Augustinho Zucchi e Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 3605

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado a "Carta de Pontal do Paraná", escrita em reunião da Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barrancos e Shangri-lá.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1 - Fica suspensa a realização do leilão, com vistas à alienação do controle acionário da Companhia

Paranaense de Energia - Copel, até decisão final dos processos que se encontram *sub-judice*, referentes à privatização da Companhia, dado por ocasião da realização da Sessão plenária da Assembléia Legislativa do Estado, realizada no dia 20 de agosto de 2001 e suspensão dos efeitos da decisão de rejeição e arquivamento do Projeto de Lei nº 248/2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, NEREU MOURA, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNIN, ORLANDO PESSUTI, EDSON STRAPASSON e ADEMIR BIER.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por objetivo suspender o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, tendo como base, as medidas judiciais impetradas por ocasião da realização da Sessão Ordinária do dia 20 de agosto do corrente, onde foi analisada matéria relativa ao Projeto de Lei nº 248/2001, (projeto de iniciativa popular).

Tem ainda como agravante a não realização do leilão da Companhia, na data de 31 de outubro passado, por falta dos depósitos que deveriam ser feitos pelas empresas interessadas na compra da Copel, exigidos pela Bolsa de valores do Rio de Janeiro e pelo Governo do Estado do Paraná, anulando assim todo o edital de privatização da Companhia.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres pares desta Casa, para tramitação e futura aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 573/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede no município de São Jerônimo da Serra e foro na comarca de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, foi fundada em 07 de julho de 2000 e constituiu-se em uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Jerônimo da Serra.

O prazo de sua duração é indeterminado, seus diretores não são remunerados e tem por finalidade, entre

outras, congregar todos os produtores da região e outros que venham a integrar a Associação, pugnando por seus interesses e direitos. São órgãos da Associação: a Assembléia Geral; a Diretoria: o Conselho Fiscal e diversos departamentos.

Os associados não responderão pelas obrigações contraídas pela associação, nem mesmo subsidiariamente.

A dissolução da entidade, somente na forma de seus estatutos.

É reconhecida de utilidade pública municipal pela Lei nº 007/2001, em 30 de março de 2001.

Pela documentação acostada, de conformidade com a legislação vigente, solicitamos dos nobres pares, sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 574/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas- CTG Recordando os Pagos, com sede e foro no município de Corbélia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas- CTG Recordando os Pagos, fundada em 16 de julho de 1976, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Corbélia, à rua Camélia nº 1.100, inscrita no CNPJ, sob o nº 00.808.266/0001-65

A citada associação tem caráter social, artístico, cultural e tradicionalista.

Podemos observar algumas das finalidades da Associação, como sendo: promoção e zelo pelas tradições do Estado do Rio Grande do Sul, sua história, lendas, costumes, e sua conseqüente divulgação; organizar e participar de movimentos em prol da comunidade e fomentar a criação de núcleos regionalistas no interior do município; proporcionar aos associados um centro de convivência, recreação social e cultural, também extensivos aos familiares dependentes.

Pelas razões acima expostas esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 575/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de

Bocaiúva do Sul, com sede e foro no município de Bocaiúva do Sul - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bocaiúva do Sul, fundada em 10 de maio de 1996, é pessoa jurídica de direito privado, tendo o órgão por finalidade a proteção e assistência à maternidade em geral, velando ela saúde, bem-estar e atendimento às necessidades da criança, da gestante e sua família, por meio de inúmeros programas sociais. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Quintino Bocaiúva, 172 - Centro - Município e Comarca de Bocaiúva do Sul, sendo seu estatuto registrado sob o nº 2328 do livro A-2 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Bocaiúva do Sul - Paraná em 1º de julho de 1999, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 01.408.498/0001-99.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Bocaiúva do Sul, tem por finalidade:

- atenção à maternidade e à infância, por meio a proteção e assistência antes, durante e depois do parto;
- assistência alimentar à gestante e à crianças em estado de desnutrição, principalmente aquelas procedentes de famílias com prole numerosa;
- proteção e educação de crianças órfãs abandonadas que vivem nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à percepção e ao crime por falta de amparo, bem como por meio de colocação familiar, internamento e outras medidas;
- divulgação dos princípios básicos de higiene, puericultura e recreação junto à comunidade;
- promoção de ações de orientação para a prevenção, habilitação e reabilitação de crianças portadoras de deficiências;
- incentivo à participação da comunidade no equacionamento e solução de seus problemas de saúde, através de encaminhamento aos serviços de atenção primária de saúde;
- proteção, recreação e educação dirigida às crianças cujas mães trabalham fora do lar;
- cursos profissionalizantes, de desenvolvimento de habilidades e de educação de base, para mães e adolescentes, visando a integração ao mercado de trabalho;
- incentivo à implantação e organização de Centros Sociais da Mulher;
- assistência e lazer às pessoas idosas.

Outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade, da infância do bem-estar da família.

Atualmente a APMI de Bocaiúva do Sul, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas associações beneficentes na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, nem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 576/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná.

Art. 2º - A inobservância do disposto nesta lei acarretará o cancelamento da licença de funcionamento do estabelecimento de ensino particular.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações, a partir do ano de 2002, as escolas particulares vão exigir que os pais de alunos apresentem fiador com imóvel na efetivação da matrícula. Essa é a orientação da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

As instituições de ensino privado são submetidas às normas que regem o ensino de um modo geral, mas precisam de autorização do poder público para funcionar. Além disso, cabe ao poder público avaliar a qualidade do ensino praticado nessas instituições.

Conforme dispõe o artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

“Art. 7º - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no artigo 213 da Constituição Federal.”

A exceção prevista no artigo 213 da Constituição Federal trata daquelas sem fins lucrativos, quais sejam, escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, que podem ser beneficiadas com recursos públicos.

As escolas particulares têm os meios legais apropriados para efetuar a cobrança de mensalidades atrasadas. A exigência de fiador dificultará mais ainda o acesso dos alunos a esse tipo de instituição.

Cabe salientar que muitas famílias fazem grande esforço para manter os filhos em instituições privadas, acreditando na melhor preparação desses alunos para enfrentar os concursos vestibulares e o mercado de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 577/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a doar 10 alqueires de terra da Fazenda IAPAR no município de Paranaíba, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura à Cohapar, para a construção de 40 casas do Programa Vila Rural.

Art. 2º - Esta lei, entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Visto que a fazenda de 86 (oitenta e seis) hectares está sendo utilizada parcialmente para pesquisa de alguns produtos agrícolas e que parte da mesma está sem utilização, pode beneficiar cerca de 40 famílias com o Programa de Vila Rural.

O Programa denominado Vila Rural, pertence à Cohapar em parceria com a Emater e Secretaria de Estado da Agricultura e mais 10 empresas que atendem a área social junto ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

O governador Jaime Lerner realizou, neste final de semana, o 41º périplo, pelo exterior. Na surdina, na calada da noite, o governador Jaime Lerner, insatisfeito com a sua não presença, curioso, para ver, *in loco* o que havia ocorrido nos Estados Unidos da América, dirigiu-se para Nova York. E, segundo a imprensa lá, de um belo apartamento com visão esplêndida da Baía de Manhattan, o governador pôde enfim matar a sua ansiedade, a sua curiosidade, para verificar o que ocorreu com as torres do World Trade Center. Foi a 41ª viagem deste turista de carteirinha, desse homem que não fez outra coisa a não ser viajar!

Senhor presidente, senhores deputados, nestas 41 viagens do governador Jaime Lerner não estão computa-

das as que ele fez para o Mercosul, para a Argentina, para o Paraguai, para o Uruguai, enfim, para os Países que compõem o Mercosul. Apenas estão computadas as viagens que ele realizou, para fora do Mercosul. É mais de um ano viajando! Mais de um ano embarcando nos boeings com destino ao primeiro mundo!

Esta última viagem do governador talvez foi para esquecer o fiasco, o fracasso da sua determinação voraz de dilapidar o patrimônio público do Paraná, no que ressaltou o processo da alienação das ações da Copel.

Mas, senhor presidente, estamos fazendo um requerimento à Mesa para saber quem é que bancou a viagem do governador Jaime Lerner, aos Estados Unidos da América, quais foram os objetivos da sua viagem, quem fez parte da sua comitiva, e quais os seus contatos lá em Nova Iorque. Enfim, queremos saber deste turista inveterado, turista de carteirinha, homem que não se acomoda e que não se contenta em ficar sem viajar um mês sequer!

Eu imagino este homem, que é compulsivo, que tem uma verdadeira alucinação por viagens, que deve dormir e sonhar que está viajando. Como deve estar sofrendo, porque a imprensa e a Assembléia Legislativa começaram, nos últimos tempos, a bem da verdade, a fiscalizar os seus constantes deslocamentos para o exterior e nós conseguimos constatar que o senhor governador do Paraná, já realizou essas 41 viagens na calada da noite.

Senhor presidente, senhores deputados ficou claro a manobra deste cidadão que está ali no 3º andar do Palácio Iguazu.

Não sei se está hoje, se já chegou de Nova Iorque, para onde ele foi, mas que é o seu paradeiro provisório.

É por isso que o governador queria passe livre para viajar, por que ele queria viajar às escondidas, na calada da noite. Se não fosse a imprensa, nós iríamos passar batidos, porque não ficaríamos sabendo da 41ª viagem deste compulsivo governador, turista de carteirinha, viajante, um verdadeiro condor, porque não tem outra coisa no seu currículo a não ser viajar.

Então aquela farsa de ter a autorização em branco da Assembléia Legislativa, ficou confirmado o porquê, porque ele quer viajar escondido, para que o povo do Paraná não saiba do seu turismo, das suas viagens, dos seus passeios e não tem outro objetivo, se não for passeios.

Estamos entrando com um requerimento, hoje nesta Casa, para que nós possamos saber ao certo, os motivos desta viagem escondida na calada da noite! A 41ª viagem, mais de um ano viajando às custas do erário público.

Senhor presidente, uma outra situação me traz na tribuna do dia de hoje, uma denúncia gravíssima para se somar àquele rol de denúncias que pesam contra o governador Jaime Lerner, que fala sobre irregularidades da licitação do videoloterias no Paraná.

Segundo a denúncia, a licitação para o serviço de videoloteria no Paraná, foi fraudulenta, foi manipulada, a

empresa que ganhou a concorrência, pasmem senhores deputados, foi registrada na Junta Comercial do Paraná, no dia 20 de junho de 2001, poucos dias antes do prazo final para a entrega das propostas.

Dia 20 de junho de 2001 foi o dia que sagrou-se vencedora da proposta licitatória, apresentou os documentos junto à Junta Comercial do Paraná, pedindo o seu reconhecimento.

A Procuradoria Geral de Justiça do Brasil - subseção do Paraná, abriu um procedimento investigatório para saber o que é que aconteceu em mais esse episódio de corrupção do governo Jaime Lerner. O procurador chefe Dr. Mário José Guizo, determinou ao Procurador Fernando José Araújo que assuma a investigação de mais este escândalo patrocinado por esse governador moribundo, que está já no final do seu mandato.

Segunda denúncia. A senhora Fernanda Macedo Pereira Guimarães, filha de Eduardo Lopes Pereira Guimarães, coordenador do Cerimonial e Relações Internacionais do governador Jaime Lerner, é a representante legal da empresa argentina Boldotti, sócia da empresa que venceu a concorrência do serviço de videoloteria do Estado do Paraná. A filha do chefe do Cerimonial do Palácio Iguaçu, Fernanda Macedo Pereira Guimarães, é a representante legal da empresa vencedora do processo licitatório da videoloteria do Estado do Paraná.

São inúmeros os motivos que fizeram com que a Procuradoria de Justiça da República instaurasse o processo investigatório.

Razões não faltam. Há suspeitas. Há um cheiro de podre no ar. Esse mesmo cheiro das maracutaia, esse mesmo cheiro das inúmeras denúncias que estão marcando o Governo Jaime Lerner. Hoje sentimos esse cheiro que envolve a videoloteria do Paraná, quando uma empresa que tem como representante, segundo a denúncia, a filha do chefe do Cerimonial do Palácio Iguaçu envolvida nessas maracutaia.

A empresa Larami, vencedora do processo licitatório, até o dia 20 de junho não existia no registro da Junta Comercial! O processo licitatório se encerrou logo após esta data. Pasmem, a empresa Lamari, aquela que registrou os seus documentos no dia 20 de junho, foi a vencedora! Venceu as outras 27 empresas que participaram do processo licitatório! Uma maracutaia do Governo Jaime Lerner! Mais uma! Mais uma, porque outras tantas nós já denunciávamos aqui, envolvendo pessoas da ante-sala do governador, da porta do governador! Quando o governador abre a porta dá de cara com aquelas pessoas que se envolvem nas maracutaia, nos trambiques, na podridão deste governo e que prejudica o nosso Estado.

Senhor presidente, outro ponto questionado pelas empresas que concorreram no processo licitatório para o serviço de videoloteria, parte delas entrou com ação na Justiça Estadual.

É o fato do texto: “trazer informações como: os terminais eletrônicos de prognóstico poderão ser virtual em rede local”. O que quer dizer virtual? Pode ser qual-

quer coisa! É um procedimento que não existe! Até agora, quando era explorado o serviço de videoloteria, não existia essa modalidade! E o governo Jaime Lerner introduziu mais essa modalidade, a fim de que houvesse, segundo as empresas que participaram do processo licitatório, baralho de cartas marcadas, para saber anteriormente quem seria a vencedora desse processo fraudulento, conforme as denúncias que recebemos.

Senhor presidente, segundo as denúncias, o secretário de Comunicação, Rafael Greca de Macedo, está por trás desse processo licitatório.

E não nos causou estranheza, porque este secretário falastrão já foi defenestrado de Brasília, envolvido em maracutaia no mesmo serviço de bingo, na exploração de jogos de azar, modalidade em que está incluído o serviço de videoloteria.

O secretário Rafael Greca foi defenestrado de Brasília do cargo de ministro do Esporte, porque estava envolvido no trambique, (segundo as denúncias que ficamos sabendo de Brasília), com a exploração dos jogos de azar envolvidos com relação ao bingo, para fazer a “caixinha” para sua campanha de governador de 2002.

Só que lá, em Brasília, em que pese termos um governo que não atende os interesses do povo do Paraná, lá o presidente Fernando Henrique agiu rápido, de bate-pronto: demitiu sumariamente o ministro, mandou-o para Casa!

E o que é que fez o governador Jaime Lerner? Recebeu-o de braços abertos no Palácio Iguaçu, como a dizer: “venha para cá, porque aqui tem lugar para todos aqueles que são denunciados por corrupção! Venha para o meu governo, assuma a Secretaria da Comunicação!”

E aí, não poderia dar em outra coisa: mais uma denúncia envolvendo o Governo. E segundo as denúncias, o secretário Rafael Greca está por trás dessa maracutaia.

Senhor presidente, estou apresentando na Casa, nós do PMDB, apoiados pelos deputados de Oposição, um requerimento pedindo esclarecimentos sobre o processo licitatório que escolheu a empresa Larami, como vencedora do serviço de videoloteria no Estado do Paraná.

Queremos saber o grau de envolvimento de pessoas do Governo com essa empresa.

Aliás, senhor presidente, custa-nos, é terrível saber que o Governo do Paraná se envolve com todo tipo de maracutaia possível e que a imprensa e o povo do Paraná já sabem e que nós já não temos quase mais força na nossa voz para fazer o povo do Paraná saber o que é que este Governo tem capacidade para fazer! Não para fazer obras; não para realizar investimentos; mas sim, para destruir o nosso Estado; para destruir o nosso patrimônio; vender o nosso patrimônio; para se envolver em maracutaia e em trambique, o que tem sido uma especialização do governador Jaime Lerner!

Virou doutor; virou professor; mestre; virou uma sumidade no assunto, inigualável; especialista de pri-

meira hora. Se não é nas suas viagens pelo mundo, nas suas viagens à custa do erário público, à custa do sofrido povo do Paraná, é se envolvendo nas maracutaías de todos os matizes.

Senhor presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje, para deixar aqui, mais esse triste episódio registrado: o envolvimento do Governo do Paraná em mais um processo de corrupção, para poder completar o círculo, não faltando mais área, não faltando mais setor que ele não tivesse envolvido, porque nos outros setores, já não era segredo para todos nós.

O Sr. Neivo Beraldin

Concede-me um aparte, deputado Nereu Moura?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, quero cumprimentar o seu esforço na tribuna, para tentar levar ao conhecimento do povo do nosso Estado mais um armadilha do governo, que faz do governo um grande negócio!

Um Governo que conseguiu estabelecer uma rede, que os empreendimentos tenham interesses ligados, deste ou daquele participante!

É uma espécie de organização estadual, de organização que amedronta o povo, porque enquanto falta segurança pública nos bairros, enquanto falta saúde nos postos de saúde, enquanto falta transporte para educação, se vê a população diante dessas notícias!

São todas notícias, podemos dizer, verídicas, porque, se olharmos todo o comportamento administrativo do governo, chega nisso.

Como é que pode, no mês de junho não existia a empresa; no mês de junho, registra-se na Junta Comercial para concorrer, para participar da primeira concorrência pública e para vencer uma concorrência para explorar a videoloteria no Estado?

V. Exa. deve imaginar, quanto é o lucro de uma máquina por semana!

Fazendo sauna essa semana, alguém me disse: “Olha, essa maquininha é uma verdadeira maquininha de fazer dinheiro! Agora, estão legalizando a exploração da maquininha!”

Quer dizer, quantas mil maquininhas nós teremos no Estado, a tirar o dinheiro do menos avisado, do mais pobre, do mais simples, para “lavar dinheiro”, para fazer caixa”?

Então, não entendemos como é que pode o governador Jaime Lerner, desculpe-me deputado Nereu Moura, mas é até inacreditável que o governador esteja governando, porque não pode permitir uma denúncia dessa, sem imediatamente, o seu líder, o seu representante no Poder, como esse, de rebater imediatamente e vir aqui discutir e trazer às claras coisas.

Então, deputado Nereu Moura, estamos impressionados com essa passividade do Governo, e com essa evidente participação de gente que ocupa cargo grande no Governo, na participação de esquema que visa a única maneira: “Fazer caixa e lesar o nosso povo”.

Então, deputado Nereu Moura, nós estamos estarrecidos com mais essa notícia, e evidentemente, entre tantas, hoje apresento um requerimento à Casa, pelo seguinte: O Governo não nos entregou as contas do ano 2000; o Tribunal de Contas não quer entregar as Contas do ano 2000.

Fizemos até requerimento aqui, e elas não vêm.

Só que no ano 2000, o Governo declara que lineou 3 bilhões e duzentos e poucos milhões de bens. Mas de onde? Se ele não vendeu ativos no ano de 2000, para linear 2 bilhões, 3 bilhões e duzentos e poucos milhões de reais!

Então esse é o objetivo do nosso requerimento.

Perguntando, de onde ele tirou, aonde ele gastou, o que ele empenhou do Estado, o que ele vendeu, o que ele deu baixa, para produzir esses 3 bilhões e tantos no ano de 2000?

Então, estamos diante de um Governo que realmente nos deixa apreensivos!

Gostaria de fazer a seguinte constatação: Se todas essas informações são verídicas, se todos esses argumentos são fatos levantados, como é que o Ministério Público, como é que o Poder Legislativo, como é que o Tribunal de Contas, como que o Governo, não rebatem?

Quer dizer: O Governo está passivo diante das acusações, editou como estratégia não debater, não rebater, e continuar a fazer o que vem fazendo.

Então a pergunta fica no ar: até onde nós iremos assistir passivamente a essa situação? E sobretudo o Ministério Público que, evidentemente, tem que acompanhar?

Eu vejo o Tribunal de Contas denunciando que há obras paralisadas no Estado, mas a função do Tribunal de Contas é acompanhar o exercício financeiro, acompanhar a boa aplicação dos recursos do Estado. Ele tem que acompanhar, desde janeiro a dezembro, a aplicação na rubrica orçamentária estabelecida pela Casa, a fiscalização da execução da obra, o balancete: essa é a missão dos nossos assessores, que são os técnicos do Tribunal de Contas. Só que se criou, no meio da viagem, uma figura chamada conselheiro, que não tem o que aconselhar, a não ser direcionar no sentido de esconder os grandes problemas contábeis e financeiros que tem o nosso Estado. O desvio de conduta, isso sim, os conselheiros fazem!

Esta Casa deveria aposentar os conselheiros do Tribunal de Contas a bem do serviço público, e chamar os técnicos do Tribunal de Contas para assessorar este Poder e criar aqui uma comissão mista para analisar as contas do Governo do Estado.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, deputado Neivo Beraldin, a sua valiosa contribuição ao meu pronunciamento.

Quero dizer que o governador Jaime Lerner é um mágico, deveria estar substituindo o Mister “M”. Aliás, talvez essas viagens que ele tem feito aos Estados Unidos

seja para ter aula com o Mister “M”. É Mágico, faz sair leite de pedra, a sua magia! E esse evento envolvendo o processo licitatório da videoloteria é mais uma mágica deste governo, é mais uma mágica para sair dinheiro, mas não é dinheiro de pedra, é dinheiro dos coitados, das pessoas que acreditam nesse tipo de diversão! E segundo a denúncia, deputado Pessuti, a maneira como o governo licitou esse serviço é perfeitamente possível de fazer com que o jogo seja viciado. O proprietário, a pessoa que montar três terminais em uma padaria, pode viciar o sistema para que haja fraude no jogo.

Então, o governo Jaime Lerner é mágico para tirar dinheiro do povo, dinheiro público, dinheiro particular, de onde ele puder tirar, ele tira! O que está em sua prioridade, o que não está no seu sentimento são os interesses do povo do Paraná. Isso ele esqueceu desde a campanha de 1994, rasgou o jogou na lata de lixo, porque é um governo divorciado dos interesses do povo do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Nereu Moura, quero lhe cumprimentar por esse importante pronunciamento que V. Exa. faz, principalmente na parte em que se relaciona a toda esse problemática que envolve os jogos, aqui, no Estado do Paraná.

V. Exa. fala da última concorrência que houve e nós gostaríamos de falar um pouco, aqui, sobre aquele bendito decreto que o governador editou estabelecendo que após trinta dias da vigência do decreto, todas as máquinas caça-níqueis deveriam ser recolhidas no Estado do Paraná. Digo a V. Exa. que neste final de semana e no anterior, quando estive percorrendo diversas cidades do Paraná, vi pelo menos uma centena de máquinas espalhadas em panificadoras, farmácias, em botecos, em lanchonetes, em mercearias e, pelo que me consta, o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria da Segurança Pública nenhuma providência estão tomando. Essa questão do Serlopar, essa questão das loterias on-line, off-line e prognóstico dos mais diferentes tipos, merecem já uma análise mais profunda da Assembléia Legislativa.

Nós, inclusive fizemos uma questão na Comissão de Constituição e Justiça ao presidente Basílio Zanusso, que criássemos lá uma sessão especial para discutirmos todos os projetos que tramitam nesta casa tratando de caça-níqueis, tratando de regulamentação do sistema lotérico do Estado do Paraná.

Mas, para nós, como bem diz V. Exa., não causa nenhuma surpresa, nenhum espanto, mais um ato de corrupção, mais um concorrência suspeita.

Eu só quero dizer a V. Exa. e a este Plenário que neste final de semana fomos procurados por dois grupos de pessoas: um para dizer-nos que vai fornecer os elementos no decorrer da semana de uma licitação altamente suspeita que ocorreu na Sanepar para contratar serviços de informática.

E também com relação ao serviço de informática, uma outra pessoa veio nos procurar e vai nos trazer elementos nesta semana que o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) estaria por realizar também uma licitação para a contratação de serviços de informática, abandonando ou deixando de utilizar-se dos serviços da CELEPAR.

Então, são duas novas licitações suspeitas, altamente suspeitas que estão aí por acontecer: uma que seria feita pelo DETRAN, e que a Celepar (Companhia Paranaense de Processamento de Dados), estaria sendo deixada de fora e é uma empresa que presta serviços altamente qualificados ao DETRAN, sempre prestou e presta, que estaria sendo deixada de fora, e também na Celepar onde uma licitação para a contratação de serviços de informática teria sido realizada com valores altamente superfaturados.

Nós vamos ter os documentos no decorrer da semana e vamos trazer ao conhecimento não só de V. Exa., mas deste Plenário. E hoje nós apenas nos somamos a V. Exa. para dizer que a questão dos caça-níqueis, a questão de todas as loterias do Paraná, merece uma avaliação mais aprofundada da Assembléia, porque pairam no ar, realmente, notícias mais escabrosas sobre todos esses procedimentos que estão a acontecer no Paraná na área de jogos e na área de loterias.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto V. Exa. se deseja fazer uso do Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Orlando Pessuti, V. Exa. lembrou muito bem que de jogo, de jogos o governador entende, por outras vias, porque lembrei-me aqui da maracutaia, da picaretagem que foram os Jogos Mundiais da Natureza, envolvendo pessoas de bem próximas ao governador, ali da cozinha dele! Agora vem o processo da picaretagem das videoloterias, envolvendo gente da sala do governador. Então, todos os jogos promovidos pelo governador Jaime Lerner, têm um cheiro de maracutaia no ar.

Senhor presidente, antes de conceder um aparte ao deputado Neivo, vou dizer qual é o procedimento que nós iremos adotar: primeiro, vamos apresentar um requerimento a esta Casa com pedido de informações.

Segundo, vamos à Procuradoria Geral da Justiça do Paraná para solicitar ao Procurador que agilize as investigações com relação a esse caso. Vamos conversar com o procurador geral de Justiça Federal, doutor Mário, para que ele nos repasse toda a documentação auferida em relação àquilo que ele já levantou pesquisando a picaretagem de mais esse trambique envolvendo o governo Jaime Lerner. Nós, aqui nesta Assembléia, não podemos assistir calados e de braços cruzados a este governo se envolvendo dia após dia em picaretagens, em trambiques, em negócios mal feitos, em desvios de recursos, enfim, em tudo aquilo que não é recomendável a um homem

público. Nós temos que dar a nossa contribuição, nós temos que salvar o Paraná das unhas compridas, unhas quilométricas, unhas, Pastor Edson Praczyk, que alguém usa e que nós lemos na Bíblia Sagrada. Temos que salvar o Paraná das unhas compridas de pessoas que não têm decência e que estão aí a enterrar o nosso Estado.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, apenas para uma informação adicional, visto que o deputado Orlando Pessuti fez menção ao assunto Sanepar - a informática da Sanepar. Ocorre que na condição de presidente da Comissão Parlamentar que investiga a Sanepar, eu solicitei há poucos dias atrás para que a Sanepar nos informe, nos repasse o contrato que ela possui de Curitiba para exploração de água e esgoto de Curitiba. E, segundo notícias extra-oficiais, que ainda não podemos afirmar, mas que nos chegam, que Curitiba estaria promovendo uma negociação com a Sanepar. Curitiba faria o serviço de informática da Sanepar por um preço aproximado de 20 milhões de dólares por ano e daí Curitiba daria a concessão para que a Sanepar pudesse explorar a água e o esgoto e pudesse então capitalizar e valorizar a empresa para eventualmente vender o que resta.

Agora, quem é que faria o serviço? Quem é que receberia, seria terceirizado? Seria o órgão de Curitiba, da Prefeitura de Curitiba tipo uma ONG que receberia em torno de 20 milhões de dólares por ano da Sanepar para fazer o serviço de informática, serviço esse que vem sendo feito pela Celepar ao longo do tempo.

Então, deputado Nereu Moura, notícia extras nos chegam neste sentido. Solicitamos à Sanepar que nos envie o contrato de concessão de Curitiba com a Sanepar para saber se há mesmo esta pressão de parte da Prefeitura, esse tipo de negociação. Vamos dar o controle para exploração da água e esgoto mediante uma outra via que seria aquela de conceder ao órgão da Prefeitura, tipo uma ONG, IPC, IPCC, alguma coisa assim criada na Prefeitura, em troca dos 20 milhões de dólares da Sanepar!

O SR. NEREU MOURA

Agradeço ao deputado Neivo Beraldin e digo aqui a esta Casa, no dia 20 de junho de 2001, poucos dias do prazo final para entrega das propostas, a empresa Larami, sócia da empresa argentina Boldotti, que tem como representante no Paraná a senhora Fernanda Macedo Pereira Guimarães, filha de Eduardo Lopes Pereira Guimarães, coordenador do Cerimonial e Relações Internacionais do Governador Jaime Lerner, venceu o processo licitatório para o serviço de videoloteria do Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horários das Lideranças.

(Todas declinaram)

Queremos registrar a presença do Alaor Bressan presidente da Associação Municipal de Suinocultores, do Secretário da Agricultura de Marechal Cândido Rondon, Iomar Balman, e do vereador Silvestri, registro feito por nossa pessoa e também do deputado Ademir Bier.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Edson Strapasson e Ademir Bier, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF.**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de nº 01, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados Nereu Moura, Algaci Tulio e Augustinho Zucchi, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA, DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 337/2001

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 337/2001 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica introduzida a seguinte alteração na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

O artigo 4º da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, fica acrescido de um inciso "XI", com a seguinte redação:

Art. 4º - O imposto não incide sobre:

...

“XI - operações com embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos de aves”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora apresentada objetiva corrigir imperfeição material existente no projeto, melhor adequando o inciso proposto nas disposições legais vigentes, que se trata da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, na semana passada o deputado Cezar Silvestri fez um encaminhamento em nome dele, em meu nome, e sei que também este é o posicionamento do deputado Nereu Moura, e que nós deveríamos naquela oportunidade votar contra este projeto, deputado Luiz Fernandes Litro, e depois houve também uma recomendação da liderança da Oposição, e nós três, especificamente o Silvestri, o Pessuti e o Nereu Moura, tínhamos uma razão especial para votarmos contra este projeto, porque nós fomos autor do projeto que criou a região administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná com sede em Laranjeiras do Sul, e não só este projeto mas alguns outros que estão tramitando nesta Casa, estão de certa forma esvaziando, descaracterizando a região administrativa, e por conseguinte os núcleos que funcionam na região de Laranjeiras do Sul.

Então, por esta razão o nosso encaminhamento é contrário a este projeto do deputado Litro. Até gostaríamos que ele pudesse fazer um encaminhamento mais amplo para nos justificar a necessidade de criar esse núcleo, porque sabemos também que pessoas ligadas ao núcleo de Francisco Beltrão, Pato Branco, também estão olhando um pouco atravessado este projeto porque também esvazia setores de Francisco Beltrão, de Pato Branco, a criação desse núcleo.

É lógico que nós sempre defendemos a implantação desses núcleos, mas, com mais critérios, e nesse caso

específico, porque está de certa forma esvaziando o núcleo regional de Laranjeiras do Sul.

Por esta razão, o meu voto é contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte (20) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

Doze (12) senhores deputados rejeitam o projeto.

Está aprovado o projeto.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, ficam impedidos, os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2000, de 16.05.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 150/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade impedir os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras, antes que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/2000**

Emenda Modificativa: Suprime-se a expressão “revogadas as disposições em contrário”, do artigo 2º, ficando com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 03.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 150/2000**

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela impede os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de emitirem ordem de serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente.

Ressaltamos o mérito do projeto pois o mesmo visa otimizar os recursos, impedindo o início de novas obras sem que as estão em andamento sejam concluídas costume muito usual em nosso Estado.

Sabemos que muitos convênios firmados entre Estado e municípios não estão sendo cumpridos, gerando para os municípios uma situação difícil, com obras paradas pela falta de repasse de verbas pelo Estado.

É correto, não se pode admitir que nova obras, oriundas de convênios sejam iniciadas, sem que obras anteriores tenham a sua total conclusão.

Assim, nosso parecer é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.
(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO 150/2000**

P A R E C E R :

A proposta do deputado Geraldo Cartário, que proíbe os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta de emitirem ordem de serviço para início de novas obras, antes das que estão em execução e antes que os municípios tenham recebido verbas referentes a convênios firmados anteriormente, carece de maior explicita-

ção e de estabelecimento de critérios mais precisos para sua prática.

Seu autor não define quais obras devem ser concluídas, se as que estão com seus cronogramas em dia ou aqueles paralisadas. O projeto também não determina se novas obras não poderão ser iniciadas no estado inteiro ou somente nos municípios credores de verbas estaduais. Além disso, não ficou claro na proposta se a proibição atingirá todas as empreiteiras ou apenas aquelas que estão com suas obras atrasadas.

Entendemos ainda que o Estado atua num universo muito amplo e mantém ao mesmo tempo centenas de obras em andamento. Impedir que novas frentes sejam implementadas poderá gerar situações injustas para a população. Obras como escolas, creches, postos de saúde, são objetos de constante cobrança por parte da população e quando iniciadas é comum que a construção se arraste por meses e até anos.

Condicionar o início da construção destes equipamentos ao término de outros é, antes de mais nada, dar ao governo a chance de defender-se das cobranças da comunidade, repassando a essa Casa a responsabilidade pela demora na iniciativa.

Sabemos, que não é essa a intenção do nobre deputado, mas não devemos correr o risco de ver uma lei criada para defender a população sendo usada contra o Legislativo, mascarando a ineficiência do Executivo.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário ao projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a executar serviço de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências. PARECERES CONTRÁRIOS DA CCJ e CF. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. (Publ. no DA nº 154/2000, de 08.11.2000).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/2000**

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Luiz Fernandes Litro, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que a mesma incorre em vício de origem, já que conforme preceitua o artigo 66 da Constituição Estadual, em seu inciso IV:

“Art. 66 - Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I -...

I -...

III -...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública”.

Diante do exposto e sendo o objetivo do projeto de lei em análise matéria estritamente administrativa, a mesma compete essencialmente ao Poder Executivo, pelo que somos de parecer contrário ao projeto que sugerimos ao autor, seja matéria de requerimento ao douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração em Rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

Sobre a matéria já constatamos o pronunciamento contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças, a se pronunciar, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que apesar de meritório o projeto peca por vício de origem.

Desta forma, não nos resta outra alternativa, senão emitirmos nosso parecer contrário ao referido projeto em tela.

Sala das Comissões, 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 373/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

O referido projeto já recebeu dois pareceres contrário - na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças - por tal iniciativa tratar-se de prerrogativa exclusiva do Governo do Estado.

No entanto, como a proposta é meramente autorizativa, chamada essa Comissão a se pronunciar, entendemos que o projeto deve ser levado à apreciação e votação pelos membros desta Casa.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, com apoio do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a retirada e posterior arquivamento. **Aprovado.** Fica, portanto, retirado e arquivado o Projeto de Lei nº 373/2000.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. (Publ. no DA nº 019/2001, de 19.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 063/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho e do deputado Antonio Baratter, que visa autorizar o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 063/2001

O projeto de lei em questão dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para mudar a prestadora de serviços de telefonia, levando-se em consideração que hoje temos mais de uma prestadora, e reconhecendo a livre concorrência, objetivando a economia nestes serviços para o Poder Executivo, somos pelo parecer favorável à aprovação deste projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 63/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 63/2001, de autoria dos deputados Serafina Carrilho e Antonio Baratter, autoriza o

Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná.

A matéria em análise obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Apesar de se tratar de projeto de lei inócuo do ponto de vista da coercitividade, porque autorizatório, não impondo conduta ao Poder Executivo, opinamos pela tramitação do Projeto de Lei nº 63/2001, por considerá-lo meritório.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 063/2001.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Central Cidadã, Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, com sede e foro no município de Londrina-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/2001, de 26/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Central Cidadã, Organização da Sociedade de Interesse Público, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁ-

VEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 265/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar 1 ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável na forma da emenda, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 265/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar no cargo de advogado de Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, os Advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 323/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 323/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, autoriza o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Advogado de Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná os advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

A princípio o referido projeto de lei deveria ser considerado inconstitucional, tendo em vista que o

enquadramento de cargos administrativos é matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado nos termos do artigo 66 c/c 87 da Constituição Estadual.

Todavia, o presente projeto de lei é autorizatório, fato que lhe retira o vício da inconstitucionalidade.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 323/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Advogado de Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná os advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Esportes.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, observamos que não existe nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao Projeto em tela, opinando-se pelo seu pronunciamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 323/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nºs 323/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Advogado de Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, os advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, nos municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 349/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Hermas Brandão, o projeto em questão autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, nos municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, o fizemos de acordo com o artigo 209 da Constituição Estadual, que assim estabelece:

“Art. 209 - Observadas a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assistência Legislativa; a de centrais term nucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária”.

Da mesma forma, a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV estabelece:

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I -

II -

III -

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

De acordo com Ofício acostado ao presente projeto de lei, expedido pela Ourinhos Energia S/A (vencedora do Processo de Licitação para obra de aproveitamento hidrelétrico de Ourinhos) e que acompanha o Relatório de Impacto Ambiental _ EIA/RIMA, as audiências públicas foram devidamente realizadas. Sobre o referido Relatório de Impacto Ambiental foram dados Pareceres Técnicos pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Ainda, sobre o projeto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA emitiu Licença Prévia, de acordo com a qual foi embasado o Projeto Básico Ambiental, e à qual deu-se publicidade em Diários Oficiais e Jornais do Paraná e de São Paulo.

Constam anexados ao presente projeto de lei:

- Termo de Ajuste do município de Jacarezinho
- Termo de Ajuste do município de Ribeirão Claro
- Justificativa Técnica do Empreendimento
- Projeto Básico Ambiental - PBA (04 volumes)
- Estudo de Impacto Ambiental - EIA
- Relatório de Impacto Ambiental
- EIA/RIMA - Relatório de Informações Complementares

A documentação supracitada está analisada pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa de Leis, juntamente com o projeto de lei em pauta, onde será julgado seu mérito.

Diante do exposto, nada encontramos que obsta a legal tramitação do projeto de lei nesta Casa de Leis, somos pelo seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 349/2001

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Hermas Brandão, o presente projeto visa autorizar a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, com eixo da barragem situado entre o município de Jacarezinho e o Estado de São Paulo e o reservatório, também no Rio Paranapanema, no trecho situado entre os municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

Fundamentação

Passou o projeto pela análise da Comissão de Constituição e Justiça que expressou nada encontrar que impeça sua normal tramitação, recebendo parecer favorável, relatando que o projeto se encontra em concordância com a legislação federal e com a documentação exigível, em especial o estudo prévio de impacto ambiental, conforme dispõe o artigo 209 da Constituição Estadual e o artigo 225 da Constituição Federal.

Conclusão

Chamada esta Comissão para se manifestar, conforme lhe outorga o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, parágrafo 3º, posiciona-se favoravelmente ao projeto de lei em tela em razão da importância desse empreendimento devido a atual escassez energética que assola o nosso País, cabendo ao Estado amortizar esse impacto negativo na economia estadual e nacional.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER
Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 349/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Hermas Brandão, o projeto de lei em questão autoriza a construção da usina Hidrelétrica de Ourinhos, nos municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

O projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e também da Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entendemos ser o projeto de lei meritório, face ao desenvolvimento regional a que se propõe com a construção da hidrelétrica no Estado de São Paulo e que atingirá as cidades paranaenses de Jacarezinho e Ribeirão Claro, que serão localizadas às margens do Rio Paranapanema, que será aproveitado pelo seu potencial hidrelétrico.

Tendo sido remetida a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente toda a documentação pertinente ao projeto de lei em análise, quais sejam os determinados na Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV) e Constituição Estadual (artigo 209), verificamos que foram cumpridas todas as exigências, legais determinadas ao processo, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 465/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELI GHELLERE - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2001, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2001, de 25/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
ELI GHELLERE - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2001, de 08/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 501/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 501/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede

no município de São José dos Pinhais e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2001, de 09/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 506/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC, com sede e foro no município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 535/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3571 a 3581, 3583, 3584 e 3613 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de saber quais são esses projetos.

V. Exa. está lendo os números, pedindo dispensa de Redação Final mas a gente não tem conhecimento do que são esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu não tenho a súmula. O que nós podemos fazer é tentar providenciar no final da Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Eu sugiro a V. Exa. se for possível, eu não sei de quem é a iniciativa, não sei quem é o deputado autor dos projetos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Todos os requerimentos são do deputado Hermas Brandão pedindo a dispensa de redação Final para os projetos que não sofreram emendas no transcurso de sua votação.

Em votação os requerimentos.

Aprovados.

O SR. NEIVO BERALDIN

Aprovados. No entanto, senhor presidente, eu apenas gostaria de dizer que, na próxima oportunidade, que fosse lido o objeto do projeto, sob pena de estarmos, aqui, legislando sem saber o quê, como o caso que acabou de acontecer.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimentos n°s 3588, 3619 e 3668 a 3673, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3.600 a 3604, e 3606 de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3605, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**)

Requerimentos n°s 3594 a 3597 e 3626, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3629 e 3637 a 3647, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 3610, 3662, 3663 e 3682, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3616 e 3652, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 3617 e 3618, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimento n° 3623, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3627 e 3628, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3632, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3633, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n°3635, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3649 e 3650, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos senhores deputados Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi e Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3654 a 3656, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3659, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n° 3661, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3666 e 3667, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3674 e 3675, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3676, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3677, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 3591 e 3593, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3609, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3631, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, dia 8 de outubro foi aprovado no Plenário desta Casa, requerimento do ilustre deputado Algaci Túlio, com o mesmo teor e forma, inclusive, razão pela qual consulto a Mesa e também ao deputado Zuk, porque esta resposta já deve estar chegando a Casa, se já não estiver na Casa, para que possa ser encaminhada ao deputado.

Tenho inclusive, a cópia aqui da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Lino Rusch**)

O requerimento foi retirado pelo autor

Requerimento nº 3657, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados, gostaria de pedir o voto favorável de todos os senhores deputados a este requerimento, tendo em vista que a partir de dezembro do ano passado, com a Lei nº 10.150, a qual previa a liquidação das prestações das casas populares que tivessem o contrato até 87. E muitos mutuários estão se dirigindo à COHAPAR para requerer a quitação de suas casas. Só que ao chegar COHAPAR estão encontrando resíduos a pagar. E resíduos com altos valores, que inclusive chegam a pagar novamente suas casas.

Então, estamos perguntando algumas dúvidas que temos em relação à Lei 10.150, de como a COHAPAR está tratando seus mutuários e da onde estão existindo

tantos resíduos, os quais, pelas informações que temos, não foram comunicados aos mutuários que existiam.

Esta é a informação que gostaríamos de ter e de pedir aos senhores deputados que votem favoravelmente a este requerimento, para que possamos esclarecer, principalmente aos mutuários, o que está realmente acontecendo com esta lei e por que a COHAPAR está cobrando altos resíduos, como os que vêm ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Os senhores deputado que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Dezesesseis (16) aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam-no, queiram levantar-se. Dezoito (18) rejeitam.

Está **Rejeitado.**

Requerimento nº 3658, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovam.** À Diretoria Legislativa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Quais são as providências, senhor presidente?

Olha, o Plenário não é senhor de tudo. Ele precisa tomar conhecimento de algumas coisas para serem votadas. E eu faço um apelo à Presidência para que não se valha dos nossos apelos ou reclamações para levar estes conhecimentos simples até o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos atender a V. Exa. Só queremos lembrar aos senhores deputados que a Mesa distribui tanto para a Liderança da Oposição quanto a do Governo, cópias de todos os requerimentos que são apresentados à Mesa. Mas, atendendo a solicitação de V. Exa. vamos tê-lo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É bom, porque estes comunicados desaparecem por aí, muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(**Lê Requerimento**)

- Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando expediente à Copel, no sentido de atender pedidos de moradores da Rua João Miquita.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu gostaria de pedir verbalmente à Presidência que o “Joaquinzinho”, lá de Santana do Itararé, está querendo que mude uma lâmpada no quarto onde mora a avó dele.

V. Exa. poderia tomar essas providências?

Afinal de contas, isto aqui é Câmara de Vereadores ou está pretendendo ser a Assembléia Legislativa, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O Requerimento é de autoria do senhor deputado e a Mesa tem que receber e colocar à apreciação dos senhores deputados.

Requerimento nº 3681, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, peço a palavra, para encaminhar, porque quero fazer um apelo ao líder do Governo, visto que o Governo está hoje, ocasionalmente, com a maioria, no sentido de que aprove esse nosso requerimento, solicitando informações ao Secretário da Fazenda, visto que o Tribunal de Contas não entrega as contas do ano 2000, sendo que o último prazo para que ele encaminhasse as contas para a Assembleia Legislativa foi em 15 de maio de 2001, mas que infelizmente não quer entregar as contas do ano de 2000 e como surgiu na folha A-03, uma alienação de bens, por parte do Estado, em 3 bilhões e 292 milhões e 809 mil e que nós não conseguimos detectar quais os bens que o Estado alienou, visto que no ano de 2000 não houve a venda de nenhuma empresa, pelo menos que tenha autorização legislativa.

O nosso objetivo é solicitar ao Secretário da Fazenda que nos informe, porque que está na folha A03 essa alienação de bens na ordem de 3 bilhões e tantos de reais. Precisamos desta informação, apenas isso. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputados que aprovam, o requerimento queiram levantar-se. Treze aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dezoito deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Às vezes o Plenário governista entende que usamos o tempo para falar, mas é necessário. Falar até porque os Anais da Casa registram fatos como este. Como que o governo do Estado coloca no orçamento que alienou 3 bilhões de Reais e não explica da onde? E um deputado eleito pelo povo solicita informação, e o governo, que constitui a maioria, nega que o deputado solicite a informação de 3 bilhões de Reais?

É necessário, no mínimo fazer um desabafo aqui. Até porque esta Casa é representante popular. E aqui há

populares que nos visitam. Há populares nas galerias, nas alas dos convidados, há jornalistas!

Jamais a Casa poderia permitir que o Tribunal de Contas não mande as contas aqui para que os deputados analisem. Jamais! É obrigação e dever constitucional! E esse poder tem que ser exercido a favor do povo!

E me refiro à Mesa. A Constituição não pode ser rasgada, o respeito tem que permanecer. Por que é que o Tribunal de Contas não remete as contas? Com parecer prévio, favorável ou contra? Aliás, é sempre favorável, porque os conselheiros não escrevem o que os técnicos escreveram. Os técnicos do Tribunal de Contas constataam as irregularidades, eles já não aguentam mais, os conselheiros vêm fazer uma maquiagem e mandam para esta Casa. E esta Casa não analisa com rigor e com o dever que lhe é atribuído, pela Constituição e pelo Regimento Interno!

Então, ser deputado é ser deputado! Não é ser governista! Ser deputado é ser representante do povo! Nada é maior atribuição do deputado do que fiscalizar o orçamento do Estado, porque nós aprovamos o orçamento! Aprovamos o orçamento e depois as contas do governo e o Tribunal de Contas dá o parecer; por isso é nosso órgão auxiliar. As coisas estão se invertendo, os conselheiros que não têm função, acabam tendo um bom relacionamento sempre com o Governo, é evidente...

Nunca vi o Tribunal de Contas denunciar o Governo do Estado; nunca vi o Tribunal de Contas denunciar Curitiba, Maringá, Londrina. Ele fiscaliza os pequenos e faz vistas grossas para os grandes.

E nós, esta Casa, que tem o dever constitucional de aprovar e recusar as contas do Governo, faz de conta que não vê. E um deputado que se preocupa com isto, que contrata uma assessoria técnica competente e que quer ver as coisas às claras, não pode sequer fazer um requerimento solicitando informações que são de dever do Governo!

Jamais o Parlamentar pode esconder ou tentar esconder o dinheiro!

Jamais um requerimento que objetive esclarecer à opinião pública de fatos realizados, sobretudo, na questão contábil financeira, jamais o Parlamento poderá, em sua consciência, não dar essa autorização para que o Executivo cumpra o seu dever como executor da receita pública, que são impostos arrecadados das empresas, das pessoas que eles administram o dinheiro que não é deles, é do povo.

Por isso, tem aqui o Parlamento, que é o mediador, que é o Legislativo, que é a Casa do Povo. Agora, a Casa do povo não pode se colocar contra um requerimento que objetiva esclarecimentos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3683, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputa-

dos Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere e Ademir Bier, constante do expediente.

O SR. DURVAL AMARAL
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor secretário, para que tome o seu lugar, para que possamos proceder à verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, por favor, para encaminhar a Votação.

(Assentimento)

O requerimento que V. Exa. está colocando em votação é o...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requer envio de pedido de informações ao Chefe da Casa Civil, doutor Alcení Guerra, solicitando esclarecimentos.

O SR. NEREU MOURA

Sobre a viagem do governador?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

São oito itens. Primeiro: quais as empresas inscritas que participam da concorrência pública na exploração do serviço...

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, esse requerimento é sobre o concurso licitatório que escolheu a empresa que venceu a concorrência para explorar os serviços de videoloteria no Paraná.

Ora, a Assembléia não pode reprovar um requerimento desses! É o fim da picada, deputado Elio Rusch! É um procedimento que está denunciado como uma grande marmelada, uma grande maracutaia.

Segundo a denúncia, a empresa que ganhou a concorrência tem como membro de uma empresa sócia daquela que ganhou, que não existia até o dia 20 de junho de 2001 e foi registrada na Junta Comercial do Paraná no dia 20 de junho de 2001, poucos dias antes da concorrência!

Tem gente do governo sócio da empresa!

Então, se a Assembléia rejeitar esse requerimento, temos que fechar as portas da Assembléia, porque daí não existe mais o Poder Legislativo!

Ora, se a Assembléia tem que fiscalizar e o nosso pedido de informações é para saber do processo licitatório, é para que o Governo diga o que aconteceu com a licitação! O que é que o Governo tem a esconder?

Se a Assembléia Legislativa do Paraná rejeita o nosso requerimento, aí sim, vai pairar mais dúvidas sobre esse procedimento; aí sim, nós iremos ficar convencidos que o Governo quer esconder do povo do Paraná, um procedimento altamente suspeito, senhor presidente!

Então, não posso me conformar que este requerimento não seja aprovado aqui por esta Casa.

Por que, o que estamos querendo pedir no requerimento?

Informações! Informações que possam esclarecer ao povo do Paraná, uma possível maracutaia, deputado Alborghetti, que fala sobre “caça-níquel”! Que V. Exa. e que outros deputados tanto falam! Um procedimento altamente suspeito. E que a Assembléia não pode se fazer de avestruz, enterrar a cabeça na areia para não ver as coisas aconteceram.

Nós temos que aprovar este requerimento, sim! Pedindo informações, pedindo esclarecimentos do Governo, para saber se, efetivamente, existem pessoas no governo envolvidas com a empresa que ganhou essa concorrência!

É uma denúncia! Não é nada comprovado! É uma denúncia apenas!

Então, senhor presidente, faço um apelo aqui. Um apelo para que esse requerimento seja aprovado, porque, se não for aprovado, aí sim, nós vamos ter suspeitas claras de que o Governo está querendo esconder mais um péssimo serviço que realizou e que vai ferir de morte os interesses do povo do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente!

Muitas das questões levantadas pelo deputado Nereu Moura, são de fácil acesso, inclusive estão na Junta Comercial do Paraná!

Por exemplo, quem são os proprietários e respectivos representantes legais, isso está à disposição na Junta Comercial do Paraná. Qualquer empresa que participa de um processo licitatório no Estado do Paraná, tem efetivamente os seus documentos inscritos.

O Governo não tem dificuldade nenhuma de dar as respostas para todas as indagações do deputado Nereu Moura.

Em hipótese alguma! Não tem dificuldade nenhuma.

Nós vamos rejeitar esse requerimento e será encaminhado ao deputado Nereu Moura e a todos os deputados desta Casa, qualquer informação desta natureza.

Até porque, o Processo Licitatório é público, é transparente, e efetivamente, se três empresas ficaram até o final do certame, porque foram as três empresas que se mantiveram durante todo o Processo Licitatório, que foi homologado, o contrato foi assinado. Não há o que, efetivamente, temer nesse contrato e em todos os Processos Licitatórios do Governo do Estado.

O SR. NEREU MOURA

Perfeitamente, então vamos aprovar o requerimento!

O SR. DURVAL AMARAL

Não! Nós vamos rejeitar o requerimento, e depois será encaminhada a resposta ao deputado Nereu.

O SR. NEREU MOURA

Mas eu quero oficial, senhor presidente!
Quero às claras! Não quero escondido!

O SR. DURVAL AMARAL

Não existe ato da Administração Pública, que seja escondido. Só transparência total.

O SR. NEREU MOURA

Rejeitado o requerimento é escondido.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos proceder à verificação de votação.
Deputados que aprovam, queiram levantar-se!
2 dos senhores deputados aprovam.
Deputados que rejeitam, queiram levantar-se!
17 rejeitam.

Não há quórum para deliberar, apenas para continuar a Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 018, 150/2000, 079, 265, 323, 349, 465, 480, 501, 506 e 535/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2001

“Carta de Ponta do Paraná

Precisamos de ajuda para que a indústria pesqueira não dizime nossos peixes.

A Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barranco e Sangrilá, do município de Pontal do Paraná, vem por meio desta solicitar atenção e apoio das instituições governamentais e não governamentais para a

solução de grave problema ecológico, econômico, legal e cultural a afetar a fauna marinha paranaense, bem como a grande maioria da população dos pescadores do litoral paranaense que, tradicionalmente, tem na pesca artesanal sua forma de subsistência.

Estamos preocupados com o futuro dos pescadores e da biodiversidade marinha do Paraná. Em pouco tempo, a continuar o que temos presenciado, não teremos como sobreviver por falta de peixe.

Temos sofrido sistematicamente a invasão de grandes barcos sardinheiros, sobretudo advindos do município catarinense de Itajaí e do paulista de Santos, que comportam até mais de cem toneladas de frutos de mar e fazem o que é conhecido como “pescaria de cerco”, localizando cardumes com sonar. Cercam-nos e matam tudo. Não há chance para o peixe.

Fazem o oposto de nós que, historicamente, temos com o mar um relacionamento equilibrado, onde sempre há espaço para que o peixe sobreviva, reproduza-se e cresça. A própria natureza nos dá os parâmetros de possibilidades e limitações, por meio das marés, do clima, das estações do ano. Para esses dilapidadores de nossas riquezas marinhas, não há mar bravo nem tempo ruim. Agem com a onipotência dos que buscam tão somente o lucro.

De fato, os grandes barcos ficam até por um mês no mar, sem dar chance para a natureza se recompor.

Do ponto de vista **cultural**, isso é terrível, porque inviabilizam a cultura da permanência, das práticas de pesca artesanal, que permitem uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza.

No aspecto **econômico**, tais barcos pesqueiros nos lesam porque se apropriam de tudo, assolam nosso território marinho, deixando-nos sem condições de acesso ao pescado, nossa fonte de renda.

Em relação ao aspecto **legal**, agem sem a menor preocupação ética ou moral. Ignoram o que seja justo para o homem e para o mar, desrespeitam as leis civis e as leis da natureza.

Do ponto de vista **ecológico**, desde que esses barcos começaram a aparecer, há 15 anos, o impacto ambiental tem sido enorme, não só porque adotam técnicas extremamente predatórias mas também pelo estrago, pela perda do peixe, que chega à costa para desova.

Na pesca artesanal, interagimos com a natureza de maneira parcimoniosa. Utilizamos redes adequadas para o tipo de pescado de que nos alimentamos e comercializamos. Por sua vez, a malha das empresas pesqueiras tem vãos de 2,5 cm, o que implica uma coleta geral. Pai, mãe, filho, todas as gerações são capturadas indiscriminadamente. E o pior: grande parcela é devolvida morta ao mar. Um barco sardinheiro permite uma carga de 100 toneladas e consegue fechar um cardume de 40 toneladas.

A tendência é de que os turistas que vêm ao nosso litoral para comer peixe fresco tenham que optar por cardápios alternativos. E nós, pescadores, o que faremos de nossas vidas se nossa vida está no mar?

A situação aqui relatada já tem sido motivo de muitas denúncias, até agora sem resultados que apontem soluções bem sucedidas.

Governantes, precisamos de ajuda, de suas intervenções.

Precisamos que o Ibama e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) se ocupem efetivamente com o enfrentamento dessa questão.

Precisamos que os geradores do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Paraná (Gerco) intervenham com firmeza para a criação do ordenamento do espaço marinho da costa paranaense.

Precisamos de mecanismos normatizadores para resolver o problema, em consonância com os preceitos de desenvolvimento sustentável.

Precisamos, do mesmo modo, que nos seja garantido o cumprimento das leis já existentes, por meio de uma fiscalização eficaz, ativa e permanente.

Precisamos de apoio para que sejam tomadas medidas protecionistas, para que sejam estabelecidos os mecanismos legais faltantes no que se refere ao uso do espaço costeiro paranaense.

Senhor governador, precisamos mesmo de seu apoio!

E contamos com vossa colaboração efetiva.

Sendo o que se apresenta, manifestamos votos de respeito e desejamos a V. Exa. êxito em todas as suas iniciativas voltadas à defesa da vida com qualidade.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ TAVARES

Presidente da Associação Comunitária dos Pescadores de
Guapê, Barrancos e Shangrilá Municipal de Pontal do
Paraná - PR
Tel. 41.9993.6999"